

Rede Energia Participações S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1. Contexto operacional

A Rede Energia Participações S.A. (“Rede Energia” ou “Companhia”), com sede em Cataguases, estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto cujo objetivo social principal é a participação no capital de outras empresas.

A Rede Energia possui o direito de explorar indiretamente, concessões e/ou autorizações de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica. Sendo seus principais contratos:

Distribuição de energia elétrica	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (“ESS”)	Presidente Prudente (SP)	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (“ETO”) (*)	Palmas (TO)	01/01/2020	31/12/2049
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia (“EMT”)	Cuiabá (MT)	11/12/1997	11/12/2027
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (“EMS”)	Campo Grande (MS)	04/12/1997	04/12/2027

(*) **Renovação da Concessão:** - A controlada ETO, através do processo nº 48500.000556/2017-48 e do Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 52/1999-ANEEL, obteve a prorrogação do Contrato de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 52/1999-ANEEL, com vigência de 1º de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2049, de acordo com o Despacho da Ministra de Estado de Minas e Energia, deferido em 23 de outubro de 2019.

As Distribuidoras controladas diretas e indiretas são empresas de capital aberto e fechado, sem ações negociadas em bolsa, que tem como objetivo principal operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição, nos Estados supracitados.

As informações referentes a reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativos vinculados à concessão e receita de construção estão apresentados nas notas explicativas nº 11, 12, 16, 19 e 32, respectivamente.

Geração de energia elétrica:

A controlada EMT possui Contrato de Concessão de Geração nº 04/1997 de uma usina termelétrica, com a respectiva subestação associada, com vencimento em 10 de dezembro de 2027. Embora, possuindo uma usina termelétrica para atendimento de sistemas isolado, a principal atividade da controlada EMT é a distribuição de energia elétrica. Desta forma, a administração da controlada EMT considera a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal, o que levou a bifurcação dos ativos da concessão em ativo financeiro e ativo intangível.

Serviços:

A Rede Energia, através de sua controlada direta Multi Energisa Serviços S.A. presta serviços de construção, operação, manutenção e serviços correlatos à geração e distribuição de energia elétrica, teleatendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica.

Comercialização de energia elétrica:

A controlada Companhia Técnica de Comercialização de Energia operou na comercialização de energia elétrica até 27 de novembro de 2012, quando teve sua autorização revogada através da Resolução Autorizativa nº 3.759, de 20 de novembro de 2012, expedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Recuperação judicial de controladas

Em 26 de novembro de 2012 a Rede Energia Participações S/A (“REDE”) publicou fato relevante informando que ajuizara pedido de Recuperação Judicial (“RJ”). Na mesma data, foram ajuizados, os pedidos de RJ da Companhia Técnica de Comercialização de Energia (“CTCE”), da QMRA Participações S/A. (“QMRA”), da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A. (“EEVP”) e da Denerge Desenvolvimento Energético S/A. (“Denerge”).

Em fevereiro de 2016, a administradora judicial protocolou petição informando que o plano de recuperação vinha sendo devidamente cumprido, requerendo o encerramento da Recuperação Judicial. Em agosto de 2016, o parecer da administradora foi acolhido, tendo sido proferida decisão decretando o encerramento da recuperação judicial, uma vez que cumpridas todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial dentro do período adequado e credores apresentaram embargos de declaração, contra a decisão, os quais foram devidamente rejeitados pelo Juízo da recuperação. Na sequência, um dos credores interpôs Apelação contra a decisão de encerramento. Apesar do recurso, o Juízo da recuperação, autorizou a retirada da expressão “em recuperação judicial” da razão social das Recuperadas, o que já foi averbado junto às respectivas juntas comerciais. Em julgamento realizado no dia 29/07/2019, o Tribunal de Justiça de São Paulo negou provimento à Apelação, mantendo a sentença de encerramento. O credor interpôs Recurso Especial, estando pendente o julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça.

A posição em 31 de dezembro de 2019 do saldo remanescente das dívidas habilitadas na Recuperação Judicial totaliza R\$264.919, dos quais R\$151.811 refere-se a Empréstimos, R\$61.355 a Debêntures e R\$51.753 a Fornecedores, são como segue:

Descrição	Rede Energia	CTCE	Total
Saldos em 2017	180.239	54.267	234.506
(+) Atualização (1)	11.480	3.499	14.979
Reversão de provisão ajuste a valor presente (1) e (2)	16.273	4.970	21.243
(-) Liquidação/Cessão de Créditos	(4.456)	(961)	(5.417)
Saldos em 2018	203.536	61.775	265.311
(+) Atualização (1)	10.321	3.118	13.439
Reversão de provisão ajuste a valor presente (1) e (2)	22.468	5.114	27.582
(-) Liquidação/Cessão de Créditos	(27.611)	(13.802)	(41.413)
Saldos em 2019	208.714	56.205	264.919

- (1) Ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado do exercício na controladora e consolidado.
- (2) Ajustes a Valor Presente: refere-se ao valor de ajuste a valor presente, registrado pela Companhia e a controlada CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia considera como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representava adequadamente o custo de capital na data de aquisição das empresas.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2020.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 38.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados reais de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa 7 - Clientes, consumidores e concessionárias (fornecimento de energia elétrica não faturada) e Provisão perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa;
- II. Nota explicativa 12 - Ativos e passivos financeiros setoriais;
- III. Nota explicativa 15 - Créditos tributários;
- IV. Nota explicativa 16 - Ativo financeiro indenizável da concessão;
- V. Nota explicativa 18 - Imobilizado;
- VI. Nota explicativa 19 - Intangível e ativo contratual - infraestrutura em construção;
- VII. Nota explicativa 23 - Arrendamentos operacionais;
- VIII. Nota explicativa 27 - Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias;
- IX. Nota explicativa 33 - Custo de energia elétrica comprada para revenda - consolidado;
- X. Nota explicativa 38 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e
- XI. Nota explicativa 39 - Benefícios-pós emprego.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Principais mudanças nas políticas contábeis

3.1.1 CPC 06 (R2) Operações de arrendamento mercantil//IFRS 16-Leases:

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo o CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de até 12 meses). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (como por exemplo ou uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor do incremento do passivo de arrendamento em contrapartida de um ajuste do ativo de direito de uso.

A Companhia e suas controladas atuam como arrendatária em contratos referente imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição.

Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização anterior de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuaram a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º janeiro de 2019, exige que os arrendatários e arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

As controladas aplicaram o CPC 06 (R2) inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A adoção do CPC 06 (R2) não afetou a capacidade das controladas de cumprirem com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em empréstimos descritos nas notas explicativas nº 21 e 22.

Os efeitos da adoção inicial do CPC 06 (R2) estão como segue:

Impacto sobre o balanço patrimonial em 01 de janeiro de 2019	Consolidado	
	Ativo	Passivo
Intangível - Direito de uso - imóveis	23.187	-
Arrendamentos operacionais		23.187

Em 31 de dezembro de 2019 os efeitos do CPC 06 (R2) estão apresentados abaixo:

Balanço patrimonial	Consolidado		
	Saldos 2019	Efeitos CPC 06(R2)	Saldos sem efeitos em 2019
Ativo			
Ativo circulante	4.843.170	-	4.843.170
Ativo realizável a longo prazo	7.410.291	-	7.410.291
Investimentos	7.446	-	7.446
Imobilizado	49.181	-	49.181
Intangível	6.400.333	(24.644)	6.375.689
Direito de uso - imóveis	24.644	(24.644)	-
Ativo Total	18.710.421	(24.644)	18.685.777
Passivo			
Passivo circulante	3.260.710	(10.544)	3.250.166
Impostos e contribuições sociais	295.385	235	295.620
Arrendamentos operacionais	10.779	(10.779)	-
Passivo não circulante	10.749.045	(14.556)	10.734.489
Arrendamentos operacionais	14.556	(14.556)	-
Patrimônio Líquido	4.700.666	456	4.701.122
Total	18.710.421	(24.644)	18.685.777

Demonstração do Resultado	Consolidado		
	Saldos em 2019	Efeitos CPC 06(R2)	Saldos sem efeitos 2019
Receita de venda de bens e/ou serviços	11.198.611	-	11.198.611
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(8.870.541)	(1.401)	(8.871.942)
Amortização e depreciação	(628.375)	8.280	(620.095)
Outras	(119.479)	(9.681)	(129.160)
Resultado bruto	2.328.070	(1.401)	2.326.669
Despesas/Receitas operacionais	(665.343)	-	(665.343)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas	1.662.727	(1.401)	1.661.326
Resultado financeiro	(414.696)	2.092	(412.604)
Outras despesas financeiras	(9.913)	2.092	(7.821)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.248.031	691	1.248.722
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(263.596)	(235)	(263.831)
Lucro líquido do exercício	984.435	456	984.891

3.1.2 ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda, o qual esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A interpretação determina que a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados.

Na avaliação da Administração da Companhia, a interpretação não traz impactos significativos às demonstrações financeiras, pois os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento dos tributos sobre o lucro estão amparados na legislação, opiniões de consultores, internos e externos, e em precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

3.2 Principais políticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e controladas consideram equivalentes de caixa como uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. Instrumentos financeiros e operações de hedge

1. Instrumentos financeiros

O CPC 48 simplificou o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabeleceu três categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado (“VJR”); e (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. Quanto ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve alterações significativas em relação aos critérios atuais, com exceção ao reconhecimento de mudanças de risco de crédito próprio em outros resultados abrangentes para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia e as controladas se comprometeram a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia e suas controladas avaliam ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9				
Ativos financeiros a custo amortizado				Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos VJR	financeiros	mensurados	a	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos VJORA	de	dívida	ao	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA				Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e das controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos baseados na performance de um ativo.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2019, compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - Após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos:

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e suas controladas, resumem-se em “Swap”, que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado, além dos fluxos de caixa dos aportes de capital nas controladas projetados em moedas estrangeiras.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designadas em uma contabilidade de “hedge” de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em “outros resultados abrangente” no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos.

2. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo. No início da relação de “hedge”, a Companhia e suas controladas documentam a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge” de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, a Companhia e suas controladas documentam se o instrumento de “hedge” usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “hedge”, atribuível ao risco sujeito a “hedge”. A nota explicativa nº 38, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “hedge”.

A partir de 1º de janeiro de 2018, a documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de hedge e como determinar o índice de hedge). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge.
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica.
- O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

Os hedges que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de hedge são registrados conforme descrito abaixo:

Hedges de valor justo: a mudança no valor justo de um instrumento de hedge é reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. A mudança no valor justo do item objeto de hedge atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas.

Para hedges de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do hedge, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de hedge for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado;

- c. **Clientes, consumidores e concessionárias** - inclui, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros reconhecidos pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração;

- d. **Estoques** - estão valorizados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;

- e. Ativo financeiro indenizável da concessão** - corresponde os contratos de concessão do serviço público de distribuição firmado entre o Poder Concedente e as controladas, diretas e indiretas, que estabelecem e determinam para o segmento de distribuição de energia elétrica que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão está atendido de forma a refletir o negócio de distribuição.

- **Distribuição de energia elétrica:**

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica indicam que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder Concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão de distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, onde, para as controladas do segmento de distribuição, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras. Bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo.

A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição e transmissão de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão. Esses ativos estão detalhados na nota explicativa nº16.

- f. Ativos e passivos financeiros setoriais** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber das controladas sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão;
- g. Investimentos** - os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nas demonstrações financeiras individuais, tomando-se por base os patrimônios líquidos das investidas na data do balanço. Os demais investimentos estão contabilizados ao custo de aquisição, líquido da provisão para perdas, quando aplicável;
- h. Combinação de negócios** - são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente mensura a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificar e alocar de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

As participações acionárias adquiridas, são avaliadas pelo valor justo dos ativos e passivos detidos pelas entidades objeto do negócio e as diferenças para o valor pago são classificados como: (i) intangível (*goodwill*) quando o valor pago superar o valor justo dos ativos e passivos; (ii) resultado do exercício (compra vantajosa) quando o valor pago é inferior ao valor justo dos ativos e passivos. O *goodwill* referente a entidades sob o regime de concessão e/ou autorização de exploração econômica por prazo determinado, são amortizados no prazo de exploração;

- i. **Imobilizado** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação:

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização;

- j. **Intangível** - compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão do serviço público, direito de uso CPC 06 (R2) e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, essas que são baseadas no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão, e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O direito de uso de concessão alcança aos montantes pagos nas aquisições do controle acionário das controladas distribuidoras de energia elétrica. A amortização está sendo realizada pelo prazo de concessão das controladas EMT, EMS, ETO, conforme citado nas notas explicativas nº1 e nº19. Bem como, amais valia dos bens tangíveis

(empresas adquiridas em 11 de abril de 2014) a amortização é realizada com base no prazo de vida útil do bem, limitado ao prazo de concessão;

- k. Ativo contratual - Infraestrutura em construção** - O ativo contratual é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão ("ICPC 01"), devem ser classificados como ativo contratual em face das controladas distribuidoras de energia elétrica ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário ser determinada de acordo com os termos do contrato de concessão;
- l. Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação, limitado a taxa WACC regulatório de acordo com os procedimentos de capitalização estabelecidos no normativo contábil (CPC 20);
- m. Redução a valor recuperável**

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia e de suas controladas, revisam o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ágio:** teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

. **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- (i) **Receitas** - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia e suas controladas neste mercado;

(ii) **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia e de suas controladas, bem como com o crescimento histórico das receitas; e

(iii) **Investimentos de capital** - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia e das controladas, nas premissas macroeconômicas são documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia e das controladas.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia e das controladas não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2019 e 2018, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

n. **Empréstimos, financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap são reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício;

o. **Derivativos** - a Companhia e as controladas detêm instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras (controladas) e de taxa de juros (Companhia e controladas). Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas na demonstração de resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 38.

p. **Imposto de renda e contribuição social** - compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Nas controladas do segmento de geração e transmissão o imposto de renda e a contribuição social foram calculados pelo regime de tributação do lucro presumido.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável;

q. **Incentivos fiscais SUDAM** - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos pelas controladas localizadas nas regiões Norte e Centro Oeste, são reconhecidos no resultado do exercício e destinados a reserva de lucros específica, na qual são mantidos até sua capitalização;

r. **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;

- s. **Ajuste a valor presente** - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;
- t. **Dividendos** - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;
- u. **Receita operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

Receita do segmento de distribuição:

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, receita de construção, receitas de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD), venda de energia na CCEE, receita de CVA e outras receitas relacionadas a serviços prestados. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida e seu reconhecimento é realizado de forma mensal com emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição. A receita não faturada é apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês.

A receita de construção corresponde as receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos.

As receitas de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. Adicionalmente, a receita de CVA e outros itens componentes é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia.

Demais receitas:

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

- (a) O cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
- (b) O desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração)

que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado;

- (c) O desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (enforcement) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

v. Benefícios pós-emprego - Plano de suplementação de aposentadoria e pensão e outros benefícios pós emprego. As controladas patrocinam fundos de pensão pós emprego, plano de complementação de aposentadoria e assistência médica. A obrigação líquida das controladas quanto aos planos de benefícios previdenciários nas modalidades Benefício Definido (BD) e Contribuição Definida (CD) é calculada para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercício anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações das controladas e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano na redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

As controladas patrocinam, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes diretamente no patrimônio líquido;

- w. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/ encargos incorridos até a data do balanço; e
- x. Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Companhias abertas, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.3 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

- (i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2021
Alterações à IFRS 10 e IAS 28	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Associada ou Joint Venture	Adiado indefinidamente

- (ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas e da Companhia:

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2015-2017;
- CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa;
- CPC 33 (R1) - Alterações, reduções ou liquidação de planos;
- CPC 18 (R2) - Investimentos em coligada, em controlada e em empreendimento em conjunto;

- CPC 19 (R2) - Negócios m conjunto
- CPC 32 - Tributos sobre o lucro
- CPC 20 (R2) - Custos de empréstimos

4. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Rede Energia e suas controladas em 31 de dezembro de 2019. O controle é obtido quando a Rede Energia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com as investidas e possuir a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação as investidas.

Especificamente, a Rede Energia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida).
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando a Rede Energia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

A Rede Energia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a mesma deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo Energisa, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo Energisa. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Rede Energia e das controladas:

	Ramo de atividade	% de participação	
		2019	2018
<u>Controladas diretas</u>			
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S.A.	Distribuição de energia	76,67	76,67
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A. (1)	Distribuição de energia	57,67	57,67
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S.A. (1)	Distribuição de energia	64,01	64,01
Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S.A. (1)	Distribuição de energia	99,25	99,25
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	Comerc. Energia	99,90	99,90
Rede Power Holding Energia S.A. (2)	Holding	99,99	99,99
QMRA Participações S.A.	Holding	100,00	100,00
Multi Energisa Serviços S/A	Serviços	99,90	99,90
<u>Controlada indireta</u>			
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A. (1) e (2)	Distribuição de energia	35,92	35,92

(1) Companhia aberta

(2) A Rede Power é controlada pela Rede Energia e possui 35,92% de participação na controlada EMS.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- (a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- (b) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e
- (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

5. Informações por segmento - consolidado

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos econômicos de distribuição, e na prestação de serviços de manutenção e operação de empreendimentos de geração e distribuição, teletendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica. Resumem-se a seguir as operações por segmento:

a) Informações sobre segmentos

	2019		
	Distribuição	Serviços	Total
Receitas Externas	11.198.611	-	11.198.611
Receitas Intersegmentos	-	39.212	39.212
Total	11.198.611	39.212	11.237.823
Receitas Financeiras	378.593	60.028	438.621
Despesas Financeiras	(604.812)	(248.505)	(853.317)
Total	(226.219)	(188.477)	(414.696)
Amortização e depreciação	626.469	1.906	628.375
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	1.422.142	(174.111)	1.248.031

	2018		
	Distribuição	Serviços	Total
Receitas Externas	10.069.539	-	10.069.539
Receitas Intersegmentos	-	35.243	35.243
Total	10.069.539	35.243	10.104.782
Receitas Financeiras	302.287	29.814	332.101
Despesas Financeiras	(611.045)	(168.530)	(779.575)
Total	(308.758)	(138.716)	(447.474)
Amortização e depreciação	610.084	1.092	611.176
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	873.910	(139.518)	734.392

	Distribuição	Serviços	2019	2018
Ativos dos segmentos divulgáveis	17.827.593	892.951	18.720.544	16.596.539
Ativo circulante	4.728.032	124.838	4.852.870	4.633.868
Ativo não circulante	13.099.561	768.113	13.867.674	11.962.671
Passivos dos segmentos divulgáveis	12.645.483	1.374.396	14.019.879	12.245.563
Passivo circulante	3.250.399	20.014	3.270.413	3.068.161
Passivo não circulante	9.395.084	1.354.382	10.749.466	9.177.402

b) Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento

	2019	2018
Receita		
Receita líquida total de segmentos divulgáveis	11.237.823	10.104.782
Eliminação de receitas intersegmentos	(39.212)	(35.243)
Receita líquida consolidada	11.198.611	10.069.539
Amortização e depreciação		
Amortização e depreciação total de segmentos divulgáveis	628.375	611.176
Depreciação e amortização consolidada	628.375	611.176
Receita financeira		
Receita financeira total de segmentos divulgáveis	438.621	332.101
Eliminação de receitas intersegmentos	(24)	(4.245)
Receita financeira consolidada	438.597	327.856
Despesa financeira		
Despesa financeira total de segmentos divulgáveis	(853.317)	(779.575)
Eliminação de despesa intersegmentos	24	4.245
Despesa financeira consolidada	(853.293)	(775.330)
Lucros		
Totais de lucros dos segmentos divulgáveis	1.248.031	734.392
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.248.031	734.392

	2019	2018
Ativo		
Ativo total dos segmentos divulgáveis	18.720.544	16.596.539
Outros valores não alocados	(10.123)	(81.969)
Total Ativo consolidado	18.710.421	16.514.570
Passivo		
Passivo total dos segmentos divulgáveis	14.019.879	12.245.563
Outros valores não alocados	(10.123)	(81.969)
Total passivo consolidado	14.009.756	12.163.594

6. Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

6.1. Caixa e equivalente de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída por operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 2019 equivale a 102,3% do CDI (98,6% do CDI em 2018).

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e depósitos bancários à vista	764	800	108.638	67.547
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	3.665	52.056	131.619	80.363
Compromissada ⁽¹⁾	3.665	52.056	131.619	80.363
Total caixa e equivalentes de caixa - circulante	4.429	52.856	240.257	147.910

(1) Operações compromissadas - são operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante de revenda assumido pelo comprador, essas operações possuem liquidez imediata e são remuneradas de 98,0% a 102,5% do CDI.

6.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira consolidada em 2019 equivale a 109,0% do CDI (102,30% do CDI em 2018).

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	58.267	171.237	789.494	956.873
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	15.110	15.117
Operações compromissadas	-	-	-	251
Fundos de Investimento ⁽¹⁾	30	29	26.003	101.805
Fundos de Investimentos Exclusivos ⁽²⁾	58.237	171.208	651.117	751.255
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.331	782	15.023	3.649
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	149	265	1.688	1.238
Operações compromissadas	6.564	21.166	74.120	98.716
Títulos públicos	12.526	45.226	138.326	180.764
Fundo de Renda Fixa	11.283	55.058	127.398	256.790
Letra financeira do tesouro (LFT)	24.754	34.375	276.563	149.858
Letra financeira (LF)	20	5.603	223	22.981
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	486	2.220	5.365	9.350
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	1.124	6.513	12.411	27.909
Fundo de investimento em direitos creditórios ⁽³⁾	-	-	97.264	88.445
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽⁴⁾	58.267	171.237	789.494	956.873
Circulante	58.267	171.237	692.230	868.428
Não circulante	-	-	97.264	88.445

(1) Fundo de investimentos - Inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de 92,1% a 107,7 (98,2% a 117,6% em 2018) % e média ponderada 95% (111,5% em 2018) do CDI.

(2) Fundo de investimentos exclusivos inclui aplicações em CDB, CCB, Compromissadas, Fundos de Renda Fixa, Títulos Públicos, LFT, LTN, LF, NTNB são remuneradas a 105,2% (101,5% em 2018) do CDI Fundo FI Energisa e 115,7% (101,3% em 2018) do CDI Fundo Zona da Mata.

(3) Fundo de investimentos em direitos creditórios - FIDC Energisa Centro Oeste com vencimento em 01/10/2034.

- (4) Inclui na controladora R\$30 (R\$ 29 em 2018) e no consolidado, R\$138.402 (R\$162.809 em 2018) referente a recursos vinculados, conforme segue:

Recursos vinculados	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Depósito judicial credores	30	29	2.174	2.825
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC	-	-	97.264	88.445
Luz para todos	-	-	36.866	70.002
Outros	-	-	2.098	1.537
Total	30	29	138.402	162.809

7. Clientes, consumidores e concessionárias - consolidado

Englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras.

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				PPECLD (6)	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		2019	2018
Valores correntes:									
Residencial	261.490	-	265.075	33.027	8.071	11.456	(52.554)	526.565	429.079
Industrial	117.389	-	27.658	4.022	5.640	22.143	(22.143)	154.709	125.976
Comercial	173.018	-	70.822	10.209	10.454	20.428	(30.882)	254.049	219.417
Rural	86.728	-	41.428	9.042	1.596	4.089	(4.089)	138.794	114.656
Poder público	65.855	-	14.842	1.113	354	4.676	(4.676)	82.164	71.732
Iluminação pública	14.900	-	6.135	341	1.003	2.213	(2.213)	22.379	28.470
Serviço público	35.017	-	3.884	995	2.127	48.951	(48.951)	42.023	41.098
Fornecimento não faturado	722.707	-	-	-	-	-	-	722.707	536.648
Arrecadação Processo Classificação	19.244	-	-	-	-	-	-	19.244	74.993
Valores renegociados:									
Residencial	14.214	35.577	9.383	4.395	8.506	29.115	(51.169)	50.021	42.969
Industrial	3.386	9.213	1.895	657	1.371	9.954	(14.490)	11.986	13.537
Comercial	6.190	54.181	2.549	1.353	2.450	10.607	(27.642)	49.688	42.395
Rural	4.358	12.975	1.860	973	902	2.860	(11.123)	12.805	13.416
Poder público (1)	16.385	131.513	1.999	214	44	791	(4.760)	146.186	137.011
Iluminação pública	1.280	12.596	306	164	-	7	(171)	14.182	13.909
Serviço público	173	611	78	57	3.116	199	(3.533)	701	4.035
(-) Ajuste valor presente (2)	(348)	(38.327)	-	-	-	-	-	(38.675)	(27.728)
Subtotal -clientes	1.541.986	218.339	447.914	66.562	45.634	167.489	(278.396)	2.209.528	1.881.613
Suprimento Energia - Moeda Nacional (3)	84.675	-	-	-	-	21.027	-	105.702	38.094
Outros (5)	2.610	-	202.916	24.124	2.248	136.487	(17.826)	350.559	249.022
Redução do uso do sistema de distribuição (4)	-	-	-	-	-	12.201	-	12.201	12.201
Total	1.641.472	218.339	650.830	90.686	47.882	325.003	(296.222)	2.677.990	2.180.930
Circulante								2.171.886	1.763.323
Não Circulante								506.104	417.607

- (1) Inclui R\$89.929 (R\$87.392 em 2018), referente a renegociação realizada em 03 de agosto de 2016 em que a controlada EMT assinou com a Prefeitura Municipal de Cuiabá e com a Companhia de Saneamento da Capital (SANEAP) o Termo de Confissão, Assunção e Parcelamento de Dívidas referente a fornecimento de energia elétrica, líquido de juros, correção monetária e multas, que está sendo recebido em parcelas equivalentes a 50% do valor pago mensalmente pela Companhia de Saneamento para o Município de Cuiabá, iniciada em 30 de setembro de 2016. Sobre o saldo devedor em incidência de juros de 0,5% ao mês limitado ao valor da parcela da outorga até o final da concessão (abril/2042).

- (2) Ajuste a valor presente: calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa média anual de CDI 4,60 a.a. (6,40% a.a. em 2018).

(3) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Composição dos saldos da CCEE	2019	2018
Créditos a vencer	84.675	17.067
Créditos vinculados a liminares ^(a)	21.027	21.027
Subtotal créditos CCEE	105.702	38.094
(-) Aquisições de energia na CCEE	(175.402)	(84.768)
(-) Encargos de serviços do sistema	(1.998)	(6.747)
Total débitos CCEE	(71.698)	(53.421)

(a) Valores que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos à alteração dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento. As controladas EMS, ETO e ESS não constituíram provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entenderem que os valores serão integralmente recebidos, seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

- (4) Os valores objetivam recompor a receita da controlada EMT referente à disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. Para o saldo remanescente de R\$12.201 (R\$12.201 em 2018), suspenso por liminares, tem-se o mesmo valor registrado em contrapartida de outros passivos no consolidado.
- (5) ICMS - as controladas EMT, EMS, ESS e ETO possuem R\$325.853 (R\$222.147 em 2018) referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres, incidentes sobre a demanda de energia, suspenso por liminares em contrapartida tem o mesmo valor contabilizado na rubrica de ICMS em tributos e contribuições sociais (nota explicativa nº 24) no passivo não circulante no consolidado. Inclui, também, serviços taxados e outros valores a receber de consumidores.
- (6) Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - a provisão foi constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração.

Segue movimentação das provisões:

	2019	2018
SalDOS em 2018 e 2017	319.890	313.858
Provisão constituída no exercício	138.036	79.161
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(79.847)	(73.129)
SalDOS em 2019 e 2018	378.079	319.890
Alocação:		
Clientes, consumidores e concessionárias	296.222	238.676
Títulos de créditos a receber (vide nota explicativa nº 8)	69.655	70.429
Outros créditos-outros (uso mútuo de postes) vide nota explicativa nº13	12.202	10.785
	378.079	319.890

8. Títulos de créditos a receber

	Consolidado	
	2019	2018
Processo execução de precatórios PM de Cuiabá ⁽¹⁾	10.943	16.590
Precatório de Órgãos Públicos Municipais ⁽¹⁾	67.780	65.763
Títulos de créditos a receber ^(1,2,3,4 e 5)	40.672	46.206
Ajuste a valor presente ^(1, 3 e 4)	(22.797)	(23.166)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa ^(1,2,3 e 4)	(69.655)	(70.429)
	26.943	34.964
Circulante	16.275	20.045
Não circulante	10.668	14.919

Em 2019, os vencimentos dos títulos de créditos são como segue:

	Consolidado (*)
Vencidos	6.982
2020	7.268
2021	7.124
2022 em diante	75.224
Total	96.598

(*) Apresentado líquido do ajuste a valor presente.

Controlada EMT

(1) Precatórios de Órgãos Públicos Municipais

Processo execução de precatórios PM de Cuiabá - R\$10.943 (R\$16.590 em 2018):

- (i) Títulos precatórios referente a Ação de Execução (processo nº 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública - Cuiabá) ajuizada em desfavor do Município de Cuiabá, que deu origem ao Precatório Requisitório nº 13.699/2004/TJMT. O montante dos títulos de R\$10.943 (R\$16.590 em 2018) encontra-se em processo de recebimento, tendo sido já recebidos 42 parcelas, restando 24 parcelas fixas de R\$500, corrigidos pela taxa de 0,5% ao mês, e a última parcela, de nº 67, no valor de R\$183. A Administração da controlada, constituiu ajuste a valor presente de R\$11 (R\$78 em 2018), utilizando a taxa média anual de CDI 4,60% a.a. (6,40% a.a. em 2018).

Outros Precatórios de Órgãos Públicos Municipais:

Prefeituras	2019	2018
Prefeitura Municipal de Alta Floresta (ii)	3.042	1.025
Prefeitura Municipal de Cáceres	4.021	4.021
Prefeitura Municipal de Juscimeira	4.127	4.127
Departamento de água e Esgoto de Várzea Grande - DAE VG	56.590	56.590
Total	67.780	65.763

- (ii) Inclui ajuste a valor presente no valor de R\$16 referente ao precatório de Alta Floresta.

- (iii) Referem-se a títulos precatórios de Órgãos Públicos Municipais, que após condenação judicial definitiva dos devedores resultou na expedição dos precatórios conforme ordem emanada do Poder Judiciário, e expedição de requisições de pagamentos, para cobrar dos municípios dívidas relacionadas a débitos de contas de energia elétrica, referente ao de julho de 1998 a junho de 2014 no montante R\$67.780 (R\$65.763 em 2018), vencidos a partir de 27 de julho de 1998. O montante foi transferidos da rubrica de clientes, consumidores e concessionárias e todos os processos tiveram instrução processual finalizada, transitada em julgado. Do montante, R\$64.738 (R\$65.763 em 2018) encontra-se provisionado.

(2) Crédito de carbono:

Aquisição de crédito de carbono realizado em 16 de julho de 2008 junto a Companhia Técnica de Comercialização de Energia apresentando em 2019 saldo de R\$1.625 (R\$1.625 em 2018) que se encontra totalmente provisionado.

(3) Controlada ESS:

- (i) A controlada ESS, adquiriu em 2003, R\$44.034 (R\$44.034 em 2018), créditos de origem não tributária decorrentes da condenação da União Federal em ação indenizatória, com finalidade de compensação de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado. Os referidos créditos estão sob discussão judicial, movida pela detentora do crédito contra a União Federal. A controlada ingressou nesta ação com pedido de assistência o que foi indeferido pelo Juiz de Primeira Instância por fundamentos de ordem meramente processual. Contra a referida decisão, foi apresentado recurso, que aguarda apreciação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Com a adesão ao Parcelamento Excepcional - PAEX, nos termos da Medida Provisória nº 303/2006, em 15/12/2006, a controlada ESS desistiu da compensação tributária dos referidos créditos e mantém a discussão judicial, com a finalidade de ver reconhecido seu direito ao crédito. A recuperação do crédito depende do sucesso da referida ação judicial, sendo considerado possível o êxito da ação pelos assessores jurídicos da controlada. A Administração reconheceu provisão para perdas no valor recuperável desse ativo, registrada como redutora na rubrica títulos de créditos a receber no consolidado no montante de R\$21.400 (R\$21.400 em 2018) e na rubrica de ajuste a valor presente o montante de R\$22.633 (R\$22.633 em 2018).
- (ii) Inclui convênio de arrecadação, uso mutuo de postes e outros no montante de R\$3.231 (R\$8.299 em 2018). A controlada constitui perdas de valor recuperável de uso mútuo de postes de R\$762 (R\$762 em 2018).
- (iii) Refere-se a títulos precatórios de Prefeituras no montante de R\$852 (R\$684 em 2018), que após condenação judicial definitiva dos devedores houve a expedição dos precatórios. A controlada constituiu perda do valor recuperável do precatório no montante de R\$290 (R\$290 em 2018).

(4) Controlada ETO:

A controlada ETO registrou o montante de R\$11.466 (R\$12.496 em 2018), como segue:

- (i) R\$8.088 (R\$9.135 em 2018) refere-se a títulos precatórios de Prefeituras, que após condenação judicial definitiva dos devedores houve a expedição dos precatórios, conforme ordem emanada do Poder Judiciário, e expedição de requisições de pagamentos, para cobrar dos municípios dívidas relacionadas a débitos de contas de energia elétrica.

Todos os processos tiveram instrução processual finalizada, transitada em julgado, por consequência os precatórios foram formados e são como segue:

Prefeituras	2019	2018
Paraíso	1.527	2.358
Taguatinga	3.945	4.601
Divinópolis	258	442
Miranorte	386	699
Porto Nacional	651	651
Sítio Novo	771	-
Santa Fé do Araguaia	260	-
Outras	290	384
Total	8.088	9.135

A controlada constituiu perda de valor recuperável no montante de R\$2.227(R\$1.283 em 2018).

- (ii) Inclui R\$3.029(R\$3.126 em 2018), inclui créditos de contas de energia elétrica vencidas e não pagas, decorrentes de ação de cobrança ajuizada contra o devedor Itafós Mineração S/A, julgada procedente e transitada em julgado, sendo que os créditos foram integralmente habilitados nos autos do Processo de Recuperação Extrajudicial da devedora nº 0000459-40.2016.827.2709, homologado em 29 de agosto de 2016, e tramita perante a 1ª Vara Cível de Arraias - TO e o montante de R\$349 (R\$235 em 2018) referente Á outros títulos de créditos. A Administração da controlada ETO, constituiu perda de valor recuperável no montante de R\$13 e provisão de ajuste a valor presente sobre os títulos de crédito a receber no valor de R\$137 (R\$455 em 2018) registrados em outras despesas financeiras na demonstração do resultado do exercício no consolidado.

(5) Outras controladas:

- (i) R\$864 (R\$864 em 2018), outros títulos a receber junto a terceiros, pela controlada CTCE.

9. Dividendos a receber

Segue demonstrativo de dividendos a receber das controladas:

Controladas	Controladora	Controladora
	2019	2018
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	-	61.478
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	-	3
Rede Power Holding Energia S.A.	-	11.415
Multi Energisa Serviços S/A	2.890	4.873
Energisa Sul Sudeste S/A	-	2
Total - Circulante	2.890	77.771

10. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	-	176.113	190.524
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	30.919	25.911	345.116	284.945
Contribuição social sobre o lucro - CSLL	1.411	938	93.377	79.160
Contribuições ao PIS e a COFINS	-	-	73.149	63.743
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo Pis e Cofins (*)	-	-	212.704	-
Outros	826	552	31.137	29.297
Total	33.156	27.401	931.596	647.669
Circulante	9.573	3.643	488.126	446.223
Não circulante	23.583	23.758	443.470	201.446

(*) A controlada ETO constituiu no exercício créditos de PIS e de COFINS a recuperar de R\$212.704 referente a redução do ICMS na base de cálculo após suas ações transitarem em julgado, baseado na melhor estimativa da Administração. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic. A controlada está estabelecendo procedimentos de recuperação de créditos tributários de acordo com as normas legais, tão logo seja finalizado suas apurações, conforme nota explicativa nº 30.

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuados a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em períodos posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

11. Reajustes, Revisões Tarifárias e outros assuntos - consolidado

11.1. Reajustes tarifários:

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores (%)	Vigência (início)
ESS	Resolução 2.570, de 09/07/2019	1,30%	12/07/2019
ETO	Resolução 2.567, de 02/07/2019	-0,33%	04/07/2019
EMT	Resolução 2.527, de 02/04/2019	11,29%	08/04/2019
EMS	Resolução 2.525, de 02/04/2019	12,39%	08/04/2019

11.2. Revisões tarifárias:

As revisões tarifárias periódicas das controladas ocorrem: (i) a cada quatro anos na ETO, e (ii) a cada cinco anos na EMT, EMS e ESS.

Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado das concessionárias, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. As Concessionárias também podem solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Resumem-se, a seguir, as revisões tarifárias em vigor:

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
ESS (*)	Resolução 2.071, de 03/05/2016	-0,94%	10/05/2016
CFLO (*)	Resolução 2.095, de 21/06/2016	-16,48%	29/06/2016
CNEE (*)	Resolução 2.073, de 03/05/2016	-0,37%	10/05/2016
EDEVP (*)	Resolução 2.072, de 03/05/2016	1,69%	10/05/2016
EEB (*)	Resolução 2.074, de 03/05/2016	1,84%	10/05/2016
EMS	Resolução 2.380, de 03/04/2018	9,87%	08/04/2018
EMT	Resolução 2.379, de 03/04/2018	11,53%	08/04/2018
ETO	Resolução 2.105, de 28/06/2016	12,81%	04/07/2016

(*) Em 30 de junho de 2017 a ESS, incorporou a CFLO, CNEE, EDEVP e EEB. A ANEEL através Resolução Autorizativa nº 6.318 e Resolução Homologatória 2.271, de 11 de junho de 2017, aprovou o primeiro índice de reajuste tarifário da Energisa Sul Sudeste, que passou a ter uma tarifa única, sendo que, dado que as distribuidoras anteriormente possuíam tarifas distintas, o efeito médio percebido pelos consumidores da nova concessão agrupada neste primeiro ano foi diferenciado.

11.3. Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional -SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

Bandeira Tarifária Verde;

Bandeira Tarifária Amarela;

Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2;

A Bandeira Tarifária Verde indica condições favoráveis de geração de energia, não implicando acréscimo tarifário.

A Bandeira Tarifária Amarela indica condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$1,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 passa a ser R\$ 1,34 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

A Bandeira Tarifária Vermelha indica condições ainda mais custosas de geração. Essa bandeira é dividida em dois patamares, quais sejam:

Patamar 1: com a aplicação de uma tarifa de R\$3,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$4,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 passa a ser R\$ 4,16 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

Patamar 2: com aplicação de uma tarifa de R\$5,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de junho de 2019 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$6,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh). Em novembro de 2019 passa a ser R\$ 6,24 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

Em 21 de maio de 2019, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº2.551, com vigência a partir de junho/2019, aprovou a alteração dos valores da Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 1 e Patamar 2, conforme mencionado acima.

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.628, de 22 de outubro de 2019, a ANEEL alterou os valores da Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 1 e Patamar 2, a partir da competência novembro, conforme mencionado acima.

Em 2019 e 2018 as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	2019	2018
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde
Abril	Verde	Verde
Maio	Amarela	Amarela
Junho	Verde	Vermelha Patamar 2
Julho	Amarela	Vermelha Patamar 2
Agosto	Vermelha Patamar 1	Vermelha Patamar 2
Setembro	Vermelha Patamar 1	Vermelha Patamar 2
Outubro	Amarela	Vermelha Patamar 2
Novembro	Vermelha Patamar 1	Amarela
Dezembro	Amarela	Verde

11.4. Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação:

A sobrecontratação das distribuidoras controladas é decorrente, principalmente, da obrigatoriedade que foi imposta às concessionárias de energia elétrica de adquirir energia no Leilão A-1 de 2015 e da migração de clientes especiais para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Independentemente da sua necessidade, as distribuidoras de energia elétrica do país estavam sujeitas à aquisição obrigatória de um mínimo de 96% dos seus Montantes de Reposição no último leilão de 2015, sendo que o descumprimento dessa regra configuraria riscos alheios à gestão dos agentes, inclusive com a imposição de prejuízos às controladas, distribuidora de energia elétrica, oriundos de atividade não remunerada (a aquisição de energia).

O Poder Concedente, diante do cenário de maior retração da economia e da renda, e, por conseguinte, da carga atendida pelos agentes de distribuição, editou o Decreto n° 8.828/16, alterando a obrigação de aquisição do montante mínimo obrigatório para futuros leilões, quando desnecessária. Quanto ao passado, foram mantidas as discussões e análise do tema junto aos agentes.

Da mesma forma, com relação à migração de clientes especiais do mercado cativo para o mercado livre, a ANEEL alterou a regulamentação permitindo a devolução da energia a eles correspondente, a partir de leilão A-1 de 2016. Não sendo possível a redução dos contratos existentes uma vez que esta possibilidade não estava clara para o vendedor no edital dos leilões anteriores, resta o reconhecimento destas sobras como involuntárias.

Por isso, as controladas, recorreram a ANEEL para que essa sobrecontratação seja reconhecida como involuntária, afastando-se os prejuízos das distribuidoras de energia elétrica. Em reunião da Diretoria da ANEEL, realizada em 25 de abril de 2017, o regulador definiu que a aprovação da involuntariedade de cada distribuidora será avaliada individualmente, considerando o máximo esforço para atingimento do nível de cobertura contratual, conforme previsto na Resolução Normativa 453/2011. Cabe destacar que os processos administrativos abertos pelas empresas do setor de energia elétrica não foram deliberados pela ANEEL.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os valores envolvidos de ganho do Grupo montam em R\$3.564 que deverão ser compensados.

Nos últimos exercícios, as controladas envidaram seus melhores esforços utilizando-se dos mecanismos disponíveis, tais como a participação nos Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSDs) Mensais e de Energia Nova e a realização de acordos bilaterais com geradores para se manter dentro do limite regulatório (entre 100% e 105%) durante o exercício.

12. Ativos e Passivos financeiros setoriais - consolidado

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, vem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

As controladas distribuidoras de energia elétrica, contabilizaram as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativos financeiros setoriais	Saldo em 2018	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transfêrência	Saldo em 2019	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A ⁽¹⁾										
Energia elétrica comprada para revenda	774.057	174.738	(586.205)	20.213	-	382.803	199.677	183.126	320.580	62.223
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	1.249	10.688	(7.600)	189	-	4.526	4.069	457	4.397	129
Transporte de Energia Elétrica - Rede Básica	29.783	71.215	(25.328)	1.180	(164)	76.686	11.592	65.094	56.200	20.486
Transporte de Energia Elétrica Itaipu	9.404	9.970	(7.904)	298	(15)	11.753	3.239	8.514	9.123	2.630
Encargos de serviços de Sistemas (ESS)	-	(2.597)	-	(37)	2.634	-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético CDE	66.966	90.762	(66.314)	4.005	(987)	94.432	37.696	56.736	76.269	18.163
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A (3)	6.042	9.377	-	193	(15.612)	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de energia (4)	38.653	6.854	(40.772)	955	(95)	5.595	4.515	1.080	5.233	362
CUSD	949	(2.596)	(1.012)	(177)	3.145	309	252	57	293	16
Exposição de submercados (6)	85.014	175.315	(92.851)	6.301	-	173.779	46.218	127.561	136.490	37.289
Garantias (7)	2.356	2.256	(2.143)	78	-	2.547	880	1.667	1.844	703
Saldo a compensar (8)	15.617	16.826	(16.885)	(3.787)	(8.451)	3.320	2.384	936	3.068	252
Outros itens financeiros (9)	7.129	129	(4.240)	97	(1.393)	1.722	1.047	675	1.373	349
Total Ativo	1.037.219	562.937	(851.254)	29.508	(20.938)	757.472	311.569	445.903	614.870	142.602

Passivos financeiros setoriais	Saldo em 2018	Despesa Operacional		Resultado Financeiro	Transfe-rência	Saldo em 2019	Valores em Amortização	Valores em Consti-tuição	Circu-lante	Não Circu-lante
		Adição	Amorti-zação	Remu-neração						
Itens da Parcela A ⁽¹⁾										
Encargos de Serviços de Sistema - ESS ⁽²⁾	349.265	148.399	(288.391)	7.124	2.634	219.031	90.987	128.044	179.788	39.243
Transporte de Energia Elétrica - Rede Básica	5.350	1.148	(5.683)	45	(164)	696	696	-	696	-
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	195	-	(180)	-	(15)	-	-	-	-	-
Conta Desenvolvimento Energético - CDE	14.366	-	(13.379)	-	(987)	-	-	-	-	-
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A ⁽³⁾	38.741	87.562	(55.916)	1.876	(15.612)	56.651	17.536	39.115	44.258	12.393
Sobrecontratação de energia ⁽⁴⁾	177.002	66.090	(130.756)	3.224	(95)	115.465	52.629	62.836	93.709	21.756
Devoluções Tarifárias ⁽⁵⁾	98.086	79.722	(13.083)	7.114	-	171.839	7.128	164.711	7.128	164.711
CUSD	89	333	(1.753)	26	3.145	1.840	1.792	48	1.827	13
Exposição de submercados ⁽⁶⁾	(3)	3	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo a compensar ⁽⁸⁾	14.771	20.164	(13.080)	(1.384)	(8.451)	12.020	2.164	9.856	8.736	3.284
Outros itens financeiros ⁽⁹⁾	18.474	228	(17.309)	-	(1.393)	-	-	-	-	-
Total Passivo	716.336	403.649	(539.530)	18.025	(20.938)	577.542	172.932	404.610	336.142	241.400
Saldo Líquido	320.883	159.288	(311.724)	11.483	-	179.930	138.637	41.293	278.728	(98.798)

(1) **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A (CVA):** A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC. Inclui-se R\$32.350 referente à devolução do saldo remanescente da conta ACR, sendo que este será devolvido no próximo reajuste tarifário ao consumidor final.

(2) **Encargo de Serviço do Sistema - ESS:** Representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários do Sistema Interligado Nacional - SIN.

(3) **Neutralidade da Parcela A:** Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

(4) **Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente):** A distribuidora deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.

- (5) **Devoluções tarifárias:** Refere-se às receitas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos auferidos a partir do 4º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP), onde a partir de novembro de 2017, são apropriadas em passivos financeiros setoriais e atualizadas mensalmente com aplicação da variação da SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º ciclo de Revisão Tarifária Periódica (5CRTP).
- (6) **Exposição de submercados:** Representa o ganho financeiro decorrente das diferenças entre o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) decorrente da transferência de energia entre Submercados.
- (7) **Garantias financeiras:** Repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004.
- (8) **Saldo a compensar da CVA do ciclo anterior:** Conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada.
- (9) **Outros itens financeiros:** Considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, tais como, Reversão do financeiro RTE2015, Diferencial Eletronuclear, Repasse de Compensação DIC/FIC, etc. Em 2019 a Companhia reconheceu na rubrica Outros Itens Financeiros, o montante de R\$228 incluído na coluna “adição”, referente ao ressarcimento de recursos pagos pelas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (Lei nº 12.111 de 09 de dezembro de 2009) conforme consta do Ofício Circular 210/2018-SFF/ANEEL.

13. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Subvenção Baixa renda ⁽¹⁾	-	-	27.222	28.267
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	-	-	144.891	111.151
Ordens de desativação em curso ⁽²⁾	-	-	(7.209)	(9.552)
Ordens de serviços em curso e outros	-	-	9.223	5.775
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	-	-	1.374	1.425
Adiantamentos a fornecedores e empregados	87	87	19.948	32.073
Subvenção CDE - Desconto Tarifário ⁽³⁾	-	-	104.344	114.764
Banco Daycoval ⁽⁴⁾	-	-	176.791	176.791
Provisão p/ perdas Banco Daycoval ⁽⁴⁾	-	-	(176.791)	(176.791)
Outros créditos a receber - CELPA ⁽⁵⁾	2.771	2.771	90.106	80.581
(-) Ajuste a valor presente - CELPA ⁽⁵⁾	-	-	(29.635)	(27.808)
Sub-rogação do CCC ⁽⁶⁾	-	-	19.909	24.316
Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos ⁽⁷⁾	-	-	28.131	18.500
Padrão de Energia	-	-	3.260	3.264
Despesas pagas antecipadamente	-	-	37.929	45.311
Créditos a receber de terceiros	1.663	1.663	4.782	4.782
Créditos Eletrobrás - LPT ⁽⁸⁾	-	-	18.365	45.391
Provisões de créditos - Eletrobrás LPT	-	-	(13.138)	(11.719)
Créditos Fiscais	-	-	3.962	3.962
Créditos a receber do Estado de Tocantins ⁽⁹⁾	-	-	-	50.343
(-) Provisão para ajuste a valor de realização de créditos a receber ⁽⁹⁾	-	-	-	(40.000)
Aquisição de combustível para conta CCC ⁽¹⁰⁾	-	-	99.069	55.162
Outros ⁽¹¹⁾	7.860	4.848	22.250	20.947
Total	12.381	9.369	584.783	556.935
Circulante	7.211	7.333	507.368	477.172
Não circulante	5.170	2.036	77.415	79.763

- (1) **Subvenção Baixa renda - consolidado:** Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da CCEE. O saldo refere-se às provisões de novembro e dezembro de 2019. Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

Subvenção baixa renda	EMT	ETO	EMS	ESS	Total
Saldos consolidados em 2017	12.524	6.831	5.973	4.084	29.412
Subvenção baixa renda	43.306	36.796	36.340	18.808	135.250
Ressarcimento pela CCEE	(46.999)	(36.530)	(34.420)	(18.446)	(136.395)
Saldos consolidados em 2018	8.831	7.097	7.893	4.446	28.267
Subvenção baixa renda	43.494	40.276	39.581	19.213	142.564
Ressarcimento pela CCEE	(44.018)	(40.399)	(39.865)	(19.327)	(143.609)
Saldos consolidados em 2019	8.307	6.974	7.609	4.332	27.222

- (2) **Ordem de desativação em curso -consolidado:** refere-se às ordens de desativação em curso nas controladas, em que os ativos retirados das linhas e redes foram devolvidos aos almoxarifados, porém o processo de fechamento das ordens não foi concluído, o que ocorrerá no próximo exercício.
- (3) **Subvenção CDE - Desconto tarifário - consolidado:** refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizadas pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do exercício - receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, calculados no início de cada exercício. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Os saldos apresentados, após validação da ANEEL, serão reembolsados ao longo do exercício seguinte.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

Subvenção CDE	EMT	ETO	EMS	ESS	Total
Saldos consolidados em 2017	74.710	11.797	27.836	21.339	135.682
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	283.836	65.480	153.120	98.685	601.121
Ressarcimento pela CCEE	(304.104)	(64.413)	(153.857)	(99.665)	(622.039)
Saldos consolidados em 2018	54.442	12.864	27.099	20.359	114.764
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	283.960	73.552	164.698	112.470	634.680
Ressarcimento pela CCEE	(298.746)	(71.898)	(171.548)	(102.908)	(645.100)
Saldos consolidados em 2019	39.656	14.518	20.249	29.921	104.344

As controladas EMS e ESS, desde 02 de setembro de 2015 possuem ação ordinária onde foi ajuizado o direito de promover mensalmente a compensação das subvenções a receber de CDE e Baixa Renda, com os valores a pagar de CDE com a CCEE (anteriormente o fundo era administrado pela Eletrobrás). Desta forma, não ocorreram valores a serem compensados ou ressarcidos no ano de 2019 (R\$76.440 até 31 de dezembro de 2018 referente à Subvenção CDE e R\$17.780 até 31 de dezembro de 2018 referente Subvenção Baixa Renda).

- (4) **Banco Daycoval:** refere-se ao valor transferido pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente da acionista Rede Energia Participações S.A., em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração das controladas EMT, EMS e ESS consideram essas transferências indevidas e ajuizaram uma medida judicial para a recuperação desse valor.

O saldo está provisionado por se tratar de um ativo contingente, visto que sua realização será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros, incertos, não totalmente sob o controle das controladas.

- (5) **Créditos a receber CELPA:** crédito que a Companhia e as controladas diretas EMT, ETO, EMS, ESS, e Multi Energisa tem a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, oriundo de transações entre partes relacionadas, até a data de alienação para a Equatorial Energia S/A realizado em 25 de setembro de 2012. Os créditos intra-grupo serão parcialmente assumidos pela Rede Power Holding Energia S.A., até onde se compensarem, que passará a responder perante às Partes Relacionadas pela parcela do crédito assumido e serão compensados. Do saldo total, cerca de 69% foram assumidas pela Rede Power Holding Energia S.A. e o restante tiveram seus recebimentos iniciados em parcelas semestrais em 30 de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034.

- (6) **Sub-rogação CCC:** a controlada EMT foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	A receber	
					2019	2018
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	36.225	32.254	16.050	16.204	19.019
Sistema de Transmissão Rondolandia	em serviço	10.203	4.613	4.574	39	1.154
Sistema de Transmissão Paranorte	em serviço	6.697	4.915	1.248	3.666	4.143
Total		53.125	41.782	21.872	19.909	24.316
Circulante					5.481	10.414
Não Circulante					14.428	13.902

- (7) **Créditos a receber de terceiros:** Refere-se a uso mútuo de poste e venda de sucatas.

- (8) **Crédito a receber das Centrais Elétricas Brasileiras S/A:**

A controlada Energisa Tocantins reconheceu créditos a receber no montante R\$16.166, referente às liberações finais da 4ª e 5ª Tranche da subvenção econômica do Programa Luz Para Todos prevista no Contrato nº ECFS-343/2013 firmado em 19/12/2013 com Eletrobrás, em face da finalização do processo de prestação de contas, cujos recursos são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e que se destinam a aplicação integral no âmbito do Programa, tendo como contra partida a conta de Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica. Em 2019 a controlada ETO reverteu a totalidade do valor a receber em contrapartida a rubrica de obrigações vinculadas a concessão.

A controlada EMT possui créditos a receber das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás, em função do Contrato N° ECFS-348/2014, firmando em 07 de agosto de 2014. O montante diz respeito às liberações finais da 6ª Tranche da subvenção econômica prevista no citado instrumento, cujos recursos são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e que se destinam a aplicação integral no âmbito do Programa Luz Para Todos, tendo como contrapartida a conta de Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica.

- (9) **Créditos a receber do Estado de Tocantins:** refere-se a valores que a controlada ETO tem a receber do Governo do Estado do Tocantins, a saber:

	2019	2018
Principal	95.561	95.561
Atualização monetária - IGPM	75.090	76.589
Amortização - Dividendos	(124.315)	(88.744)
Amortização - Ações	(33.063)	(33.063)
Reversão em contrapartida a rubrica de obrigações vinculadas a concessão	(13.273)	-
Total	-	50.343
(-) Provisão para ajuste a valor de realização de créditos a receber	-	(40.000)
Total não circulante	-	10.343

- Programa Reluz Tocantins: em 24 de junho de 2010, o Governo do Estado firmou contrato de financiamento com a controlada ETO, conforme autorizado pela Lei nº 2.305, de 24 de março de 2010. O referido contrato tem como objeto a contratação de financiamento de R\$82.423 do Governo do Estado junto à ETO e a execução, por parte da controlada, das obras e serviços necessários para à implantação do Programa Reluz Tocantins. A ETO executou todas as obras e serviços necessários do Programa Reluz e recebeu a aprovação da finalização do programa pela Eletrobrás, por meio da carta CTA-DF-5975/2013, de 11 de setembro de 2013. O saldo a receber referente a esse contrato foi totalmente liquidado em 04 de outubro de 2019, considerando os pagamentos realizados através da retenção de dividendos e a dação em pagamento pela transferência de 9% das ações.
- Convênio 028/2008** - convênio firmado para a implementação de 125 km de linhas de transmissão interligando Tocantinópolis a Xambioá. A prestação de contas da conclusão da obra foi apresentada ao Governo do Estado por meio da correspondência CE - 003/2012-DFC, de 29 de fevereiro de 2012. Em 2019, o saldo foi integralmente baixado.

- (10) **Aquisição de combustível da conta CCC:** a controlada Energisa Mato Grosso Distribuição de Energia S.A (EMT) possui saldos a receber referente a Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, sendo ANEEL através da Nota Técnica nº 01/2018-SFF de 03 de janeiro de 2018 e nº 36/2019-SFF de 12 de março de 2019 detalhou a metodologia estabelecida para a fiscalização e o reprocessamento mensal dos

benefícios referente ao de 30 de julho de 2009 a 30 de abril de 2017, demonstrou as análises técnicas das informações colhidas sobre contratos de compra de energia e potência, de combustíveis, as medições de grandezas elétricas e de combustíveis e os tratamentos regulatórios dados acerca das manifestações da empresa, no intuito de apurar eventual ativo ou passivo da beneficiária, no âmbito das regras da Resolução Normativa nº 427/2011. No exercício foram reconhecidos o montante de R\$44.329, sendo: R\$30.885 na rubrica custo do serviço de operação - outros e R\$13.444 registrado no resultado financeiro na rubrica de outras receitas financeiras.

(11) **Outros:** Inclui provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$12.202 (R\$10.785 em 2018).

14. Transações com partes relacionadas

A Rede Energia Participações S/A é controlada pela Denerge Desenvolvimento Energético S/A que participa com 70% no capital social. A Denerge é controlada pela Energisa S/A (99,97%). A Energisa é controladora direta da Energisa Participações Minoritárias S/A (85,31%) que por sua vez possui participação direta na Rede Energia Participações S/A de 29,57% e na Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A com 39,82%.

A Energisa S/A também possui controle acionário da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO), Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC), Energisa Serviços Aéreos S/A, Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda, Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A, Energisa Geração Usina Maurício S/A, Parque Eólico Sobradinho Ltda, Energisa Comercializadora de Energia Ltda, além das participações nas sociedades Energisa Transmissão de Energia S/ que conferem à Energisa S/A o controle indireto das transmissoras Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A, Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A, Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A e Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A e Alsol Energias Renováveis S.A. (Alsol), que conferiu controle indireto na Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda. (Laralsol).

Os saldos com partes relacionadas são apresentados a seguir:

Controladora:

	2019		2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Mútuos				
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia ("CTCE")	179	-	168	-
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A ("Denerge")	-	-	88.140	-
. QMRA Participações S/A ("QMRA")	244	-	-	-
. Energisa S/A - RJ ("Energisa-RJ")	-	-	5.827	9.240
. Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A ("EEVP")	-	-	37.282	-
. Centrais Elétricas de Rondônia S/A ("ERO")	380.323	-	-	-
. Companhia de Eletricidade do Acre ("EAC")	316.370	-	-	-
. Energisa Participações Minoritárias S.A.	-	531.916	-	-
Total - não circulante	697.116	531.916	131.417	9.240

Condições dos contratos:

Mútuos	Taxa Nominal	Vencimento
Energisa Participações Minoritárias S/A ⁽¹⁾	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	30/12/2020
Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A	100% do CDI	04/05/2020
QMRA Participações S/A ⁽¹⁾	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	01/01/2021
Centrais Elétricas de Rondônia S/A (CERON) ⁽¹⁾	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	30/04/2022
Companhia de Eletricidade do Acre (ELETROACRE) ⁽¹⁾	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	30/04/2022
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	30/04/2022

- (1) Os mútuos possuem prazo de 24 meses, exceto ERO e EAC, que possuem prazo de 36 meses, nos termos de contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Os contratos de mútuos com partes relacionadas são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no exercício foi em média CDI+ 0,6051% (CDI + 0,6668% a.a. em 2018).
- (2) Os créditos a receber da Companhia, adquiridos dos credores, seriam pagos inicialmente pela Recuperada nas seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% do montante total dos créditos cedidos seriam pagos em parcela única em até 1 ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% ao ano incidentes a partir da data da cessão; e (ii) o valor remanescente correspondente a 75% do montante total dos créditos cedidos serão pagos ao fim do prazo de 22 anos em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% ao ano incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Em 2014, foi acordado entre as partes a postergação pelo prazo de 10 anos o vencimento da parcela única que teria vencimento em julho de 2015, correspondente a 25% do montante total da dívida, entretanto fica mantido o prazo de 22 anos para pagamento do valor remanescente correspondente a 75% do montante total da Dívida com juros capitalizados de 0,5% ao ano, incidentes a partir da data de pagamento. No final de cada exercício as partes repactuaram a dívida com aplicação de taxa de juros equivalentes ao CDI + 2% ao ano com amortizações semestrais vencidas nas datas de 26 de junho e dezembro de cada ano.

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia, referente a atualização dos contratos:

Controladas, Coligadas e Controladoras	Receitas / (-) Despesas financeira
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	10
QMRA Participações S/A	14
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	6.953
Energisa S/A	(198.862)
Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	19.152
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	14.686
Energisa Participações Minoritárias S/A	(19.215)
Total em 2019	(177.262)
Total em 2018	(14.466)

Consolidado:

		Ativos		
		Rede Energia	2019	2018
Denerge	Mútuo	-	-	88.140
Energisa	Mútuo	-	-	5.827
EEVP	Mútuo	-	-	37.282
ERO	Mútuo	380.323	380.323	-
EAC	Mútuo	316.370	316.370	-
		696.693	696.693	131.249

Saldos dos passivos:

		Passivos							
		Rede Energia	CTCE	Energisa Tocantins (1)	Energisa Mato Grosso (1)	Energisa Sul-Sudeste (1)	Energisa Mato Grosso do Sul (1)	2019	2018
Energisa-RJ (2)	Créditos adquiridos - RJ	-	1.068	-	-	-	-	1.068	10.235
Energisa S.A.	Debêntures	-	-	218.464	322.582	212.185	150.965	904.196	890.814
Energisa Participações Minoritárias S/A	Mútuo	531.916	-	-	-	-	-	531.916	-
		531.916	1.068	218.464	322.582	212.185	150.965	1.437.180	901.049
Energisa Participações Minoritárias S/A	Adiantamento para futuro aumento de capital (3)	445.310	-	-	-	-	-	445.310	-

- (1) Em 2017 as controladas ETO, EMT, EMS e ESS emitiram Debêntures em moeda corrente com condições e vencimentos conforme nota explicativa nº 22. Em 2019 o valor atualizado é de R\$904.196 (R\$890.814 em 2018).

(2) Créditos a receber da Companhia, adquiridos dos credores.

(3) Os recursos destinados a futuro aumento de capital não são remunerados, contabilizado diretamente no patrimônio líquido.

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia e suas controladas.

Resultado do exercício:

Empresas		Receitas / (-) Despesas financeira						2019	2018
		Rede Energia	CTCE	Energisa Tocantins	Energisa Mato Grosso	Energisa Sul-Sudeste	Energisa Mato Grosso do Sul		
Energisa		(198.862)	(75)	-	-	-	-	(198.937)	(16.159)
Energisa	Debêntures	-	-	(16.393)	(25.360)	(16.141)	(9.957)	(67.851)	(52.998)
EEVP	Mútuo	1.933	-	-	-	-	-	1.933	931
Denerge	Mútuo	5.020	-	-	-	-	-	5.020	4.860
Centrais Elétricas de Rondônia S/A	Mútuo	19.152	-	-	-	-	-	19.152	-
Companhia de Eletricidade do Acre	Mútuo	14.686	-	-	-	-	-	14.686	-
Energisa Participações Minoritárias S/A	Mútuo	(19.214)	-	-	-	-	-	(19.214)	-
		<u>(177.285)</u>	<u>(75)</u>	<u>(16.393)</u>	<u>(25.360)</u>	<u>(16.141)</u>	<u>(9.957)</u>	<u>(245.211)</u>	<u>(63.366)</u>

Empresas		Serviços Contratados				2019	2018
		Energisa Soluções Construções S/A ⁽¹⁾	Energisa Soluções S/A ⁽¹⁾	Multi Energisa ⁽¹⁾	Energisa S/A ⁽²⁾		
Multi Energisa		-	-	-	2.008	2.008	1.218
ESS		23.167	7.211	3.837	28.626	62.841	36.641
EMT		52.637	18.906	8.837	55.140	135.520	77.882
EMS		14.201	3.328	13.983	32.708	64.220	49.632
ETO		25.146	12.878	5.032	22.369	65.425	35.148
EPB		-	-	4.474	-	4.474	-
EBO		-	-	492	-	492	-
EMG		-	-	1.680	-	1.680	-
ENF		-	-	368	-	368	-
ESE		-	-	1.436	-	1.436	-
EAC		-	-	1.338	-	1.338	-
ERO		-	-	2.054	-	2.054	-
		<u>115.151</u>	<u>42.323</u>	<u>43.531</u>	<u>140.851</u>	<u>341.856</u>	<u>200.521</u>

(1) As transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas e redes, subestações, engenharia e de projetos, e tele atendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica, estão suportados por contratos que foram homologados pela ANEEL.

(2) Refere-se a serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos para execução de parcela dos macroprocessos, prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos foram aprovados pela ANEEL. Os contratos de compartilhamento foram firmados em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo que deverá conter anuência da ANEEL, e comissão de aval de garantias para contratos das controladas de empréstimos e financiamentos, com taxa a razão de 1,5% a.a..

Remuneração dos administradores:

	Controlada	Consolidado	
	2018	2019	2018
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	-	1.327	2.317
Remuneração da Diretoria	36	16.431	22.733
Outros Benefícios (*)	7	7.097	5.332

(*) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigente e conselheiro relativas ao mês de dezembro foram de R\$85 e R\$3 no consolidado (R\$89 e R\$2 em 2018). A remuneração média mensal no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$46 no consolidado (R\$36 em 2018).

Programa de Remuneração Variável (ILP)

As controladas ofereceram aos seus executivos um Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP. Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos das controladas a ser pago em Units da controladora Energisa S.A., até o limite previsto de 0,5% do capital social da Controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O benefício visa atrair e reter pessoas chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho das controladas. O plano foi aprovado pela Controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, as controladas possuem um total de dois programas de concessão de ações e duas outorgas contratuais em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (Total Shareholder Return - TSR Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas.

O 1º programa foi aprovado em 10 de maio de 2018 com limite de pagamento previsto de até 93.822 units e período de aquisição do direito (vesting) de 3 anos, a partir da data de outorga de 02 de maio de 2018. O 2º programa foi aprovado em 9 de maio de 2019 com limite de pagamento previsto de até 73.546 units e período de aquisição do direito (vesting) de 3 anos, a partir da data de outorga de 10 de maio de 2019. Não há opções exercíveis ou expiradas em 2019.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, as controladas apuraram o valor justo das ações (units) restritas com condições de performance (Performance Shares) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “pro rata temporis”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

Premissas e cálculo do valor justo das Ações Outorgadas:

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP	2º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas ^(a)	89.854	73.546
Prazo de carência	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco ^(b)	8,20%	7,70%
Volatilidade ^(c)	25,61%	23,98%
Valor justo na data da outorga	R\$27,68	R\$34,07

(a) Para o 1º Programa a taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2021). Para o 2º Programa: Taxa de juros = 7,7% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2022).

(b) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (“Índice de Energia Elétrica e seus pares”) para o Total Shareholder Return (TSR)) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício associados.

No exercício de 2019, foram contabilizados R\$972 (R\$663 em 2018) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício na rubrica de despesas operacionais. O montante reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido acumula em 2019 R\$1.482 (R\$510 em 2018).

15. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

A Companhia e suas controladas possuem prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecidos nas demonstrações financeiras de R\$613.815 na controladora e R\$1.217.832 no consolidado (R\$629.928 e R\$1.234.111, respectivamente, em 2018).

	Consolidado	
	2019	2018
Ativo		
Prejuízos fiscais	191.588	222.620
Base negativa da contribuição social	69.754	80.883
Diferenças temporárias:		
Imposto de Renda	485.659	417.549
Contribuição Social	174.837	150.317
Total - ativo não circulante	921.838	871.369

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Passivo				
Diferenças Temporárias:				
Imposto de Renda	275.797	310.676	1.169.537	1.191.031
Contribuição Social	99.287	111.844	421.034	428.771
Total - passivo não circulante	375.084	422.520	1.590.571	1.619.802
Total passivo não circulante Líquido	(375.084)	(422.520)	(668.733)	(748.433)

As diferenças temporárias são como segue:

	Controladora			
	2019		2018	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo/Passivo				
Ajustes a valor presente	(1.029.944)	(350.181)	(1.169.462)	(397.617)
Deságio sobre investimento	(73.244)	(24.903)	(73.244)	(24.903)
Total Passivo Não Circulante	(1.103.188)	(375.084)	(1.242.706)	(422.520)

	Consolidado			
	2019		2018	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais	766.352	191.588	890.481	222.620
Base negativa da contribuição social	775.048	69.754	898.695	80.883
Créditos fiscais - ágio	86.125	29.283	96.891	32.943
Provisão ajuste atuarial	309.948	105.382	155.173	52.759
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias.	291.878	99.239	346.879	117.939
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - (PPECLD e Daycoval)	562.783	191.346	544.594	185.162
Outras provisões (PEE, P&D, honorários e outras).	459.720	156.305	378.768	128.781
Marcação a mercado - empréstimos	170.425	57.945	91.792	31.209
Outras adições temporárias	59.957	20.384	56.095	19.073
Contratos e prestações de serviços	1.801	612	-	-
Ajustes a valor presente ⁽²⁾	(1.974.338)	(671.275)	(2.189.597)	(744.463)
Intangível - Mais Valia ⁽¹⁾	(1.180.390)	(401.333)	(1.379.299)	(468.962)
Parcela do VNR do ativo financeiro indenizável da concessão e atualização	(789.636)	(268.476)	(619.481)	(210.624)
Deságio sobre investimento	(188.407)	(64.058)	(188.407)	(64.058)
Encargos sobre reservas de reavaliação	(110.657)	(37.623)	(137.959)	(46.906)
Marcação a mercado - derivativos	(434.723)	(147.806)	(249.378)	(84.789)
Total	(1.194.114)	(668.733)	(1.304.753)	(748.433)
Total - Ativo Não Circulante	3.484.037	921.838	3.459.368	871.369
Total - Passivo Não Circulante	(4.678.151)	(1.590.571)	(4.764.121)	(1.619.802)

(1) Refere-se ao Imposto de renda e contribuição social incidentes sobre a parcela do ativo financeiro indenizável da concessão - VNR da controlada ESS que por ter assinado o novo aditivo dos contratos de concessão que prorrogou o prazo da concessão até 2045, transferiu o saldo do ativo financeiro indenizável da concessão apurado até assinatura daqueles aditivos para o ativo intangível a serem amortizados ao longo da vida útil remanescente dos bens de acordo com novo prazo de concessão e que resultará nas realizações dos créditos diferidos que serão realizados com base na amortização.

(2) Refere-se basicamente ao ajuste a valor presente, registrado pela Companhia e pela sua controlada CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B.

A expectativa de realização dos créditos fiscais diferidos é como segue:

Exercício	Consolidado
2020	38.726
2021	89.467
2022	56.587
2023	61.308
2024	146.356
2025	174.279
2026 a 2027	355.115
Total	921.838

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	Controladora	
	2019	2018
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	667.001	382.760
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(226.780)	(130.138)
Ajustes:		
Itens permanentes:		
Equivalência patrimonial	290.334	145.270
Créditos tributários - IR e CS não constituídos no exercício	(63.578)	(11.372)
Outras adições (exclusões)	44.527	13.044
Imposto de renda e contribuição social	44.503	16.804
Alíquota efetiva	6,67%	4,39%

	Consolidado	
	2019	2018
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.248.031	734.392
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(424.331)	(249.693)
Ajustes:		
Itens permanentes:		
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.).	(1.828)	(2.979)
Créditos sobre incentivos fiscais - SUDAM. (1)	156.351	81.167
Créditos tributários - IR e CS não constituídos no exercício	(18.352)	(22.767)
Incentivos fiscais e outros itens permanentes	24.564	37.471
Imposto de renda e contribuição social	(263.596)	(156.801)
Alíquota Efetiva	21,12%	21,35%

(1) As controladas EMT e ETO possuem redução do imposto de renda e adicionais. O benefício fiscal consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração. Os valores de redução do imposto de renda e adicionais reconhecidos pelas controladas montam a R\$156.351, sendo: R\$32.426 na ETO e R\$123.925 na EMT.

As controladas ETO e EMT obtiveram seus pleitos deferidos em dezembro de 2014 pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, pelos seus respectivos Laudos Constitutivos números 113 e 114, que concedeu benefício fiscal de 75% de redução do Imposto de Renda, para o de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2023.

Em 2018 as controladas, amparadas pela legislação vigente, formalizaram novo pedido para obtenção do benefício fiscal, a fim de ampliá-lo pelo de mais 10 anos, a contar do momento da sua aprovação. Neste sentido, as controladas possuem processos que se encontram em fase de análise, formalizado junto à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.

Com a publicação da Lei nº 13.799/2019, estendeu-se o prazo para aprovação e obtenção do Incentivo Fiscal de Redução de 75% do IRPJ e adicionais até 31/12/2023. Dessa forma, a previsão é que os projetos das controladas tenham sua instrução garantida por parte da SUDAM até o ano calendário de 2028, após a emissão dos Laudos Constitutivos, aumentando o prazo de fruição em 5 anos.

16. Ativo financeiro indenizável da concessão - consolidado

Os contratos de distribuição de energia elétrica das controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e nos contratos de concessão assinados pelas controladas e Aneel.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão foi registrada em receitas operacionais como ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$182.208 (R\$270.132 em 2018).

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

	Saldo em 2018	Adições ⁽¹⁾	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	Transferência para intangível - contrato de concessão ⁽³⁾	Saldo em 2019
Energisa Mato Grosso (EMT)	2.118.843	483.455	(10.874)	98.012	-	2.689.436
Energisa Tocantins (ETO)	1.152.117	246.664	(21.991)	40.739	(1.389.232)	28.297
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	915.844	141.274	(3.059)	41.388	-	1.095.447
Energisa Sul Sudeste (ESS)	45.348	14.700	(37)	2.069	-	62.080
TOTAL GERAL	4.232.152	886.093	(35.961)	182.208	(1.389.232)	3.875.260

Não Circulante

3.875.260

- (1) Transferência do intangível para o ativo financeiro indenizável da concessão.
- (2) Os ativos financeiros estão demonstrados a valor justo, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária, a melhor expectativa da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa de valor justo do ativo.
- (3) Em 2019 a Controlada Energisa Tocantins, concluiu o processo de renovação da concessão, tendo sido publicada Despacho por meio da qual o Ministério das Minas e Energia - MME deferiu o pedido de prorrogação do Contrato de Concessão convocando os representantes legais da Distribuidora para a assinatura do Sexto Termo Aditivo ao contrato de concessão. Após as assinaturas do Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, foi publicado, no Diário Oficial do dia 10 de dezembro de 2019, o Extrato do Termo Aditivo que oficializou a prorrogação da concessão da Distribuidora até o dia 31 de dezembro de 2049.

A Controlada Energisa Tocantins de acordo com o novo prazo de exploração da concessão ora renovada efetuou novos cálculos de seus ativos considerando os novos prazos de amortizações, tendo reclassificado o montante de R\$1.389.232 do contas a receber da concessão para o intangível em serviço.

	Saldo em 2017	Adições ⁽¹⁾	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	Saldo em 2018
Energisa Mato Grosso (EMT)	1.827.340	165.025	(28.422)	154.900	2.118.843
Energisa Tocantins (ETO)	897.543	240.711	(19.236)	33.099	1.152.117
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	704.613	140.188	(9.587)	80.630	915.844
Energisa Sul Sudeste (ESS)	38.984	4.882	(21)	1.503	45.348
TOTAL GERAL - Não Circulante	3.468.480	550.806	(57.266)	270.132	4.232.152

- (1) Transferência do intangível para o ativo financeiro indenizável da concessão.
- (2) Os ativos financeiros estão demonstrados e classificados a Valor justo por meio do resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária e no histórico de glosas de homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo. Em 29 de março de 2018 através das notas técnicas nº 68/2018 e 65/2018 a ANEEL aprovou a nova base de remuneração das controladas referente ao 4º ciclo tarifário o que possibilitou o reconhecimento integral do valor do VNR do ativo financeiro indenizável da concessão gerando complemento de R\$98.341 e R\$31.987 que, acumulado com a aplicação do índice de atualização do período e os ajustes de percentuais de glosa, ocasionaram um acréscimo de R\$154.900 e R\$80.630 na EMT e EMS respectivamente.

17. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Participação em controladas	3.964.542	3.674.487	-	-
Outros	103	103	7.446	32.447
Total	3.964.645	3.674.590	7.446	32.447

Participação em controladas:

2019									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição								742.339	3.521.502
Energisa Tocantins	76,67	500	532.190	2.838.962	2.066.346	772.616	163.218	125.141	592.374
Energisa Mato Grosso	57,67	122.780	1.514.569	8.284.799	5.710.483	2.574.316	552.288	318.504	1.552.336
Energisa Mato Grosso do Sul	64,01	414	616.733	3.980.079	2.718.350	1.261.729	286.634	183.478	807.645
Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S.A.	99,25	96	534.717	2.066.842	1.498.138	573.448	111.342	115.216	569.147
Comercialização								(6.211)	-
Companhia Técnica de Comercialização de Energia ⁽¹⁾	99,90	1	500	5.329	191.085	(185.756)	(6.217)	(6.211)	-
Prestação de Serviços								7.783	16.935
Multi Energisa Serviços S.A.	99,90	1	5.000	31.162	14.210	16.952	7.791	7.783	16.935
Holdings e demais Companhias								110.013	428.612
QMRA Participações S.A.	100,00	4.371	1.236.084	2.640	290	2.350	156	156	2.350
Rede Power Holding Energia S.A.	99,99	263	235.379	472.318	48.521	423.797	109.868	109.857	423.755
Total								853.924	3.964.542

- (1) A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto de sua controlada Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A no montante de R\$185.570, registrado em provisões para perdas em participação societária no passivo não circulante.

2018									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição								456.349	3.195.461
Energisa Tocantins	76,67	500	532.190	2.502.695	1.729.365	773.330	57.261	43.903	592.921
Energisa Mato Grosso	57,67	122.780	1.514.569	7.206.607	5.063.042	2.143.565	386.422	222.849	1.236.194
Energisa Mato Grosso do Sul	64,01	414	616.733	3.779.625	2.530.962	1.248.663	124.129	79.455	799.281
Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S.A.	99,25	96	534.717	1.915.387	1.344.037	571.350	111.156	110.142	567.065
Comercialização								(7.526)	-
Companhia Técnica de Comercialização de Energia ⁽¹⁾	99,9	1	500	18.289	197.828	(179.539)	(7.533)	(7.526)	-
Prestação de Serviços								4.587	8.816
Multi Energisa Serviços S.A. (atual denominação de Rede de Eletricidade e Serviços S.A.)	99,9	1	5.000	24.875	16.050	8.825	4.590	4.587	8.816
Holdings e demais Companhias								(26.146)	470.210
QMRA Participações S.A.	100	2.416.298	1.189.734	2.350	156	2.194	(74.209)	(74.209)	2.194
Rede Power Holding Energia S.A.	100	263	235.379	526.927	58.864	468.063	48.067	48.063	468.016
Total								427.264	3.674.487

- (1) A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto de sua controlada Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A no montante de R\$179.377, registrado em provisões para perdas em participação societária no passivo não circulante.

Movimentação dos investimentos:

Controladas	Saldo em 2018	Subscrição/aquisição e AFAC	Ganho/Perda a aquisições de ações	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldo em 2019
Distribuição	3.195.461	160.011	859	(508.085)	69.083	742.339	3.521.502
Energisa Tocantins	592.921	-	251	(117.762)	(8.177)	125.141	592.374
Energisa Mato Grosso (EMT)	1.236.194	160.000	325	(139.136)	(23.551)	318.504	1.552.336
Energisa Mato Grosso do Sul	799.281	-	169	(165.675)	(9.608)	183.478	807.645
Energisa Sul Sudeste	567.065	11	114	(85.512)	(27.747)	115.216	569.147
Comercialização	-	-	-	-	-	(6.211)	-
Companhia Técnica de Comercialização de Energia (1)	-	-	-	-	-	(6.211)	-
Prestação de Serviços	8.816	-	42	(2.373)	2.667	7.783	16.935
Multi Energisa Serviços S.A.	8.816	-	42	(2.373)	2.667	7.783	16.935
Holdings e demais companhias	470.210	-	102	(148.829)	(5.391)	110.013	426.105
QMRA Participações S.A.	2.194	-	-	-	-	156	2.350
Rede Power do Brasil S.A.	468.016	-	102	(148.829)	(5.391)	109.857	423.755
Total	3.674.487	160.011	1.003	(659.287)	(71.807)	853.924	3.964.542

(1) Valor registrado no passivo não circulante - provisão para perdas em participação societária;

Controladas	Saldo em 2017	Subscrição /aquisição e AFAC	Ganho/Perda aquisições de ações	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldo em 2018
Distribuição	3.340.785	1.412	3.532	(572.177)	(34.440)	456.349	3.195.461
Energisa Tocantins	635.513	-	2.142	(83.323)	(5.314)	43.903	592.921
Energisa Mato Grosso	1.290.081	-	1.062	(262.242)	(15.556)	222.849	1.236.194
Energisa Mato Grosso do Sul	821.238	-	93	(100.308)	(1.197)	79.455	799.281
Energisa Sul Sudeste	593.953	1.412	235	(126.304)	(12.373)	110.142	567.065
Comercialização	-	-	-	-	-	(7.526)	-
Companhia Técnica de Comercialização de Energia (1)	-	-	-	-	-	(7.526)	-
Prestação de Serviços	11.715	-	-	(4.185)	(3.301)	4.587	8.816
Multi Energisa Serviços S.A.	11.715	-	-	(4.185)	(3.301)	4.587	8.816
Holdings e demais companhias	538.086	46.350	61	(87.469)	(672)	(26.146)	470.210
QMRA Participações S.A.	30.053	46.350	-	-	-	(74.209)	2.194
Rede Power do Brasil S.A.	506.745	-	61	(86.181)	(672)	48.063	468.016
Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A. (2)	1.288	-	-	(1.288)	-	-	-
Total	3.890.586	47.762	3.593	(663.831)	(38.413)	427.264	3.674.487

(1) Valor registrado no passivo não circulante - provisão para perdas em participação societária;

(2) O montante de R\$1.288 foi transferido para o ativo circulante em função da liquidação da Companhia.

Provisão para perdas em participação societária - investimento:

	Controladora	
	2019	2018
Passivo Não circulante - Provisão para perdas em participação societária		
Companhia Técnica de Comercialização de Energia - CTCE	185.570	179.377
Total - passivo não circulante	185.570	179.377

18. Imobilizado - consolidado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados do consolidado estão compostos da seguinte forma:

	Taxa média de depreciação (%)	Saldo em 2018	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldo em 2019
Imobilizado em Serviço							
Custo:							
Edificações e benfeitorias	3,33%	1.979	-	494	-	-	2.473
Máquinas e equipamentos	15,09%	107.810	-	8.459	(84)	-	116.185
Veículos	14,29%	81	-	-	(81)	-	-
Móveis e utensílios	6,08%	26.748	-	2.080	(22)	-	28.806
Total do imobilizado em serviço		136.618	-	11.033	(187)	-	147.464
Depreciação acumulada:							
Edificações e benfeitorias		(553)	-	-	-	(66)	(619)
Máquinas e equipamentos		(76.377)	-	-	13	(8.768)	(85.132)
Veículos		(80)	-	-	81	(1)	-
Móveis e utensílios		(16.977)	-	-	1	(1.082)	(18.058)
Total Depreciação acumulada		(93.987)	-	-	95	(9.917)	(103.809)
Subtotal Imobilizado		42.631	-	11.033	(92)	(9.917)	43.655
Imobilizado em curso		-	16.559	(11.033)	-	-	5.526
Total do Imobilizado		42.631	16.559	-	(92)	(9.917)	49.181

	Taxa média de depreciação (%)	Saldo em 2017	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldo em 2018
Imobilizado em Serviço							
Custo:							
Edificações e benfeitorias	3,33%	1.979	-	-	-	-	1.979
Máquinas e equipamentos	15,93%	60.721	-	47.190	(101)	-	107.810
Veículos	14,29%	81	-	-	-	-	81
Móveis e utensílios	6,25%	18.190	443	8.115	-	-	26.748
Total do imobilizado em serviço		80.971	443	55.305	(101)	-	136.618
Depreciação acumulada:							
Edificações e benfeitorias		(490)	-	-	-	(63)	(553)
Máquinas e equipamentos		(38.687)	-	(31.077)	39	(6.652)	(76.377)
Veículos		(80)	-	-	-	-	(80)
Móveis e utensílios		(11.745)	-	(4.469)	1	(764)	(16.977)
Total Depreciação acumulada		(51.002)	-	(35.546)	40	(7.479)	(93.987)
Subtotal Imobilizado		29.969	443	19.759	(61)	(7.479)	42.631
Imobilizado em curso		44	19.715	(19.759)	-	-	-
Total do Imobilizado		30.013	20.158	-	(61)	(7.479)	42.631

19. Intangível e Ativo contatual - infraestrutura em construção - consolidado

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada pelas controladas na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão. A movimentação dos bens da concessão, é como segue:

	Taxa média de amortização (%)	Saldo 2018	Adoção Inicial CPC 06 (R2)	Adição	Adição - Ativo financeiro indenizável da concessão (1)	Transferências	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldo 2019
Intangível									
Em serviço:	7,41%	12.570.802	-	-	2.323.350	662.269	(184.356)	-	15.372.065
Amortização Acumulada		(7.120.617)	-	-	-	(302)	149.229	(791.996)	(7.763.686)
Em Curso		4	-	113	-	-	-	-	117
Subtotal		5.450.189	-	113	2.323.350	661.967	(35.127)	(791.996)	7.608.496
Direito de Uso - Imóveis (4)									
Custo		-	23.187	9.737	-	-	-	-	32.924
Amortização Acumulada		-	-	-	-	-	-	(8.280)	(8.280)
Subtotal		-	23.187	9.737	-	-	-	(8.280)	24.644
Total Intangível		5.450.189	23.187	9.850	2.323.350	661.967	(35.127)	(800.276)	7.633.140
(-) Obrigações vinculadas à concessão									
Em Serviço									
Custo	3,78%	2.940.067	-	-	934.118	39.738	-	-	3.913.923
Amortização Acumulada		(1.844.483)	-	391	-	(241)	-	(150.136)	(1.994.469)
Total das Obrigações vinculadas à concessão		1.095.584	-	391	934.118	39.497	-	(150.136)	1.919.454
Subtotal Intangível		4.354.605	23.187	9.459	1.389.232	622.470	(35.127)	(650.140)	5.713.686
Ativo contratual - infraestrutura em construção (5)									
Em construção		922.762	-	1.477.886	-	(662.208)	(939.369)	-	799.071
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão									
Em construção		176.224	-	29.214	-	(39.738)	(53.276)	-	112.424
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção		746.538	-	1.448.672	-	(622.470)	(886.093)	-	686.647
Total Intangível		5.101.143	23.187	1.458.131	1.389.232	-	(921.220)	(650.140)	6.400.333

- (1) Adição - Ativo financeiro indenizável da concessão - referem-se aos valores do ativo financeiro indenizável da concessão transferidos para o intangível R\$2.323.350 e de obrigações vinculadas à concessão - R\$934.118, em face da renovação do contrato de concessão, conforme detalhado na nota explicativa nº 16.
- (2) Das baixas no montante de R\$921.220, R\$886.093 referem-se as transferências do ativo intangível líquido das obrigações especiais para ativo financeiro indenizável da concessão e R\$35.127 referem-se às baixas realizadas no exercício, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

O montante transferido do ativo contratual da infraestrutura em construção, líquido das obrigações especiais, para o ativo financeiro indenizável da concessão de R\$886.093 (R\$550.806 em 2018), corresponde a parcela bifurcada do ativo intangível a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).

- (3) As controladas EMT, EMS, ETO e ESS registraram no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$31.682 (R\$32.586 em 2018).

Do total de amortização de R\$650.140, R\$8.280 refere-se à amortização do direito de uso referente a adoção do CPC 06 (R2) a partir de 01 de janeiro de 2019.

- (4) Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) e são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.
- (5) No ativo contratual são registrados os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) o custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Taxa média de amortização (%)	Saldo em 2017	Adição	Transfe-rências	Baixas ⁽¹⁾	Amortização ⁽²⁾	Saldo em 2018
Intangível em Serviço							
Custo:	7,40%	12.325.780	-	429.955	(184.933)	-	12.570.802
Amortização Acumulada		(6.531.727)	-	34.730	137.544	(761.164)	(7.120.617)
Subtotal		5.794.053	-	464.685	(47.389)	(761.164)	5.450.185
Em Curso		24	3	(23)	-	-	4
Total Intangível		5.794.077	3	464.662	(47.389)	(761.164)	5.450.189
Obrigações vinculadas à concessão							
Em Serviço							
Custo	3,76%	2.964.157	-	(24.090)	-	-	2.940.067
Amortização Acumulada		(1.720.224)	1.079	(433)	-	(124.905)	(1.844.483)
Total das Obrigações vinculadas à concessão		1.243.933	1.079	(24.523)	-	(124.905)	1.095.584
Subtotal Intangível		4.550.144	(1.076)	489.185	(47.389)	(636.259)	4.354.605
Ativo contratual - infraestrutura em construção (3)							
Em construção		692.095	1.363.547	(465.095)	(667.785)	-	922.762
Obrigações Vinculadas à Concessão							
Em construção		94.155	174.958	24.090	(116.979)	-	176.224
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção		597.940	1.188.589	(489.185)	(550.806)	-	746.538
Total Intangível		5.148.084	1.187.513	-	(598.195)	(636.259)	5.101.143

- (1) Das baixas no montante de R\$598.195, R\$550.806 referem-se as transferências do ativo intangível líquido das obrigações especiais para ativo financeiro indenizável da concessão e R\$47.389 referem-se às baixas realizadas no exercício, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

O montante transferido do ativo contratual da infraestrutura em construção, líquido das obrigações especiais, para o ativo financeiro indenizável da concessão de R\$550.806 (R\$710.102 em 2017), corresponde a parcela bifurcada do ativo intangível a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).

- (2) As controladas EMT, EMS, ETO e ESS registraram no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$32.586 (R\$34.796 em 2017) e R\$24 referente à depreciação dos bens de uso futuro da controlada direta EMS.
- (3) No ativo contratual são registrados os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i). O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº691, de 08 de dezembro 2015 regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pelas controladas ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 7,41% (7,40% em 2018).

O saldo do intangível e ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas à concessão, que são representadas por:

	2019	2018
Contribuições do consumidor ⁽¹⁾	3.068.803	3.007.463
Participação da União - recursos CDE ⁽²⁾	1.298.642	995.109
Participação do Governo do Estado ⁽²⁾	238.347	238.347
Reserva para reversão	7.102	7.676
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	241.720	241.585
(-) Amortização acumulada	(1.994.469)	(1.844.483)
Total	2.860.145	2.645.697
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	828.267	1.373.889
Infraestrutura - Intangível em serviço	1.919.454	1.095.584
Infraestrutura - Intangível em curso	112.424	176.224
Total	2.860.145	2.645.697

(1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

(2) A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao Programa Luz para Todos.

20. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
CCEE ⁽¹⁾	-	-	175.402	84.768
Contratos Bilaterais ^(2 e 5)	-	-	565.137	583.203
Uso de rede básica ⁽²⁾	-	-	58.690	47.737
Encargos de Serviço no sistema ⁽⁴⁾	-	-	1.998	6.747
Uso do sistema de distribuição (CUSD) ⁽²⁾	-	-	4.775	4.891
Materiais, serviços e outros ⁽³⁾	172	125	233.027	178.178
Total	172	125	1.039.029	905.524
Circulante	172	125	970.758	857.415
Não Circulante	-	-	68.271	48.109

(1) A variação na conta da CCEE é devido à elevação dos custos com riscos hidrológicos (relacionados ao GSF), face ao aumento do Preço das Liquidações das Diferenças (PLD) e diminuição do GSF, diante do cenário adverso da geração hidráulica. Em novembro e dezembro de 2018, o PLD atingiu 123,92 e 78,96 R\$/MWh, respectivamente, enquanto em novembro e dezembro de 2019 atingiu 317,28 e 227,30 R\$/MWh, nessa ordem. Já o GSF atingiu 78,8 e 99,4% em novembro/2018 e dezembro/2018 e a previsão é de 67,2% e 89,3% em novembro/2019 e dezembro/2019. "O GSF (Generation Scaling Factor) corresponde à relação entre o volume de energia que é gerado pelas usinas que integram o MRE e a garantia física total delas. Somam-se toda a garantia física das usinas que compõem o MRE e toda a energia que foi gerada. Caso o volume elétrico realmente gerado seja menor do que a garantia física, as hidrelétricas têm que pagar a diferença. Esse é o risco hidrológico estipulado a partir das previsões para as condições de geração, como volume de chuvas, paradas para manutenção. Levando em consideração que o GSF reduziu significativamente entre esses dois períodos (geração menor que a garantia física), o custo com risco hidrológico arcado pelas distribuidoras aumentou de maneira significativa. Soma-se isso, ao fato de que os riscos hidrológicos são valorados ao PLD, que também aumentaram na comparação do período.

(2) Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(3) Referem-se a aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição de energia elétrica.

(4) A variação dos Encargos de Serviços do Sistema se deve a diminuição do despacho de térmicas em razão de restrição operativa. Encargos desse tipo são pagos pela geração despachada acima da ordem de mérito de custo, ou seja, usinas que não seriam despachadas por ordem de mérito (menor custo), mas em função de restrições operativas, como por exemplo a queda de uma linha de transmissão, são despachadas.

(5) Em 31 de dezembro de 2018 inclui o montante de R\$78.031, referente ao parcelamento ocorrido na controlada EMT dos débitos com Eletrobrás do repasse Itaipu, consolidado em agosto de 2014 em 60 parcelas, com taxa de juros de 115% do CDI, sendo que nas 24 primeiras

foram amortizados apenas os juros remuneratórios incidentes sobre o principal e nas 36 parcelas finais será amortizado o valor do principal. A partir de 30 de setembro de 2016, a controlada iniciou o pagamento da parcela do principal, e o saldo foi integralmente quitado em agosto de 2019.

A seguir demonstramos a movimentação dos valores:

Parcelamento repasse Itaipu	2019	2018
Parcelamento	78.031	195.078
Juros	2.100	10.134
Amortização	(80.131)	(127.181)
Total - circulante	-	78.031

21. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora							
	Saldo em 2018	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Ajuste Valor Presente	Saldo em 2019
Mensuradas ao custo								
Moeda nacional								
Pré Fixado	17.067	-	-	(1.115)	1.116	-	1.477	18.545
Outros	129.502	-	(191.613)	-	-	-	190.925	128.814
Total do custo	146.569	-	(191.613)	(1.115)	1.116	-	192.402	147.359
Circulante	468							468
Não Circulante	146.101							146.891

	Consolidado								
	Saldo em 2018	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Valor Presente	Saldo em 2019
Mensuradas ao custo									
Moeda nacional									
Pré Fixado	34.191	-	(4.540)	(2.038)	2.037	-	-	1.833	31.483
Pós Fixado									
Selic	18.706	-	(18.706)	(538)	538	-	-	-	-
CDI	1.568.587	345.000	(395.361)	(119.190)	114.947	-	-	-	1.513.983
TR	644.721	-	-	(43.176)	43.349	-	-	-	644.894
Gastos com captação	(540)	-	-	-	751	(852)	-	-	(641)
Outros	129.502	-	(191.612)	-	-	-	-	190.924	128.814
Total do custo	2.395.167	345.000	(610.219)	(164.942)	161.622	(852)	-	192.757	2.318.533
Mensuradas ao valor justo									
Moeda estrangeira									
Dólar	1.515.627	250.000	(78.038)	(71.017)	130.526	-	-	-	1.747.098
Euro	-	210.000	-	(886)	1.392	-	-	-	210.506
Gastos com captação	(2.606)	-	-	-	756	-	-	-	(1.850)
Marcação a mercado	14.014	-	-	-	-	-	1.914	-	15.928
Total ao valor justo	1.527.035	460.000	(78.038)	(71.903)	132.674	-	1.914	-	1.971.682
Total	3.922.202	805.000	(688.257)	(236.845)	294.296	(852)	1.914	192.757	4.290.215
Circulante	527.365								781.854
Não Circulante	3.394.837								3.508.361

Controladora

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)		Garanti as (*)
	2019	2018						
REDE ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.								
Credores "RJ" - Bicbanco	5.788	5.326	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final		0,75%	R
Credores "RJ" - BNB	12.757	11.741	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final		0,75%	R
Credores "RJ" - Opção "C"	128.814	129.502	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final		0,75%	-
Total em Moeda Nacional	147.359	146.569						
Total Rede Energia Participações S.A.	147.359	146.569						
EMT								
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	353.402	353.307	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de out/29		7,00%	R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	482.682	483.240	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de abr/21		6,66%	R
CCB - Santander(1)	-	5.363	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal		8,24%	R + A
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	450.626	517.965	CDI + 1,25% a 1,3248% a.a.	dez/20	Semestral a partir de dez/19	7,21 % a	7,28 %	A
Nota Promissória 2ª Emissão	293.823	-	CDI + 0,80% a.a.	mar/22	Final	6,76 % a	0,00 %	A
Custo de captação incorrido na contratação	(641)	-						
Total em Moeda Nacional	1.579.892	1.359.875						
Resolução 4131-Bank of America ML (1)	214.059	205.940	Libor + 1,20% a1,60% a.a.	jan/21	Final	7,55 % a	7,95 %	A
Citibank Loan - 4131 (1)	57.899	55.688	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021		8,05%	A
Citibank EDC Loan - 4131 (1)	57.892	55.678	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021		8,15%	A
Citibank Loan - 4131 (1)	128.422	123.546	Libor + 0,82% a.a.	set/21	Final		7,17%	A
BBM Loan - 4131 (1)	-	73.707	3,39% a.a. Pré	out/19	Final		7,41%	A
J P MORGAN Loan (1)	108.167	103.664	Libor + 1,05% a.a.	nov/21	Final		7,40%	A
Merryl Lynch Loan (1)	48.387	-	0,6870% a.a.	dez/22	Final		2,75%	A
Scotiabank Loan (1)	198.327	-	2,1964% a.a.	dez/22	Final		6,22%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(547)	(766)						
Marcação à Mercado de Dívida (2)	3.238	4.650						
Total em Moeda Estrangeira	815.844	622.107						
Total EMT	2.395.736	1.981.982						
EMS								
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	291.492	291.414	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de out/29		7,00%	R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	220.250	220.504	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de abr/21		6,66%	R
Nota Flutuante de Juros - Santander	66.602	-	CDI + 0,89% a.a.	ago/20	Final		6,85%	A
Total em Moeda Nacional	578.344	511.918						-
Citibank Loan - 4131 (1)	58.398	56.189	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Anual após 2021		8,05%	A
Citibank EDC Loan - 4131 (1)	58.367	56.152	Libor + 1,80% a.a. Libor + 0,825% a.a.	mai/22	Anual após 2021		8,15%	A
Citibank EDC Loan - 4131 (1)	69.151	66.525		set/21	Final		7,18%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	51.345	-	0,99% a.a. Pré	mai/22	Final		3,05%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(535)	(757)						
Marcação à Mercado de Dívida (2)	2.339	1.573						-
Total em Moeda Estrangeira	239.065	179.682						
Total EMS	817.409	691.600						
ETO								
Luz para Todos I - Eletrobrás	8.486	13.027	6,0% a.a.	abr/22	Mensal		6,00%	R
Luz para Todos II - Eletrobrás	-	18.706	SELIC	out/19	Mensal		5,96%	R
CCB - Santander (1)	-	13.909	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal		8,24%	R
Nota Promissória Itaú 2ª Emissão(1)	-	315.566	110,0% CDI	set/19	Final	6,56 % a	0,00 %	A
Custo de captação incorrido na contratação	-	(540)						-

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (3)	Garantias (*)
	2019	2018					
Total em Moeda Nacional	8.486	360.668					
Resolução 4131 - Itaú (1)	209.563	201.514	4,352% a.a. (Pré)	jun/21	Final	8,37%	R
Loan Citi - 4131 (1)	45.358	43.660	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Anual a partir de 2021	8,05%	A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	45.329	43.624	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Anual a partir de 2021	8,15%	A
Merrill lynch Loan	125.885	121.160	Libor + 1,20% a.a.	jan/21	Final	7,55%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(507)	(717)					
Marcação à Mercado de Dívida (2)	6.729	3.355	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	432.357	412.596					
Total ETO	440.843	773.264					
ESS							
CCB - Santander (1)	-	1.425	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	8,24%	R + A
Nota Promissória - SAFRA (1)	-	10.615	CDI + 1,65%	fev/19	Final	7,61%	A
Total em Moeda Nacional	-	12.040					
Loan Citi - 4131 (1)	27.663	26.607	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	8,05%	A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	27.663	26.605	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	8,15%	A
Merrill lynch Loan (1)	120.883	116.332	Libor + 1,10% a.a.	abr/20	Final	7,45%	A
Loan Citi Loan - 4131 (1)	64.834	62.383	Libor + 1,27% a.a.	jul/23	Anual a partir de 2022	7,62%	A
Merrill lynch Loan (1)	79.656	76.653	Libor + 1,20% a.a.	ago/21	Final	7,55%	A
Merrill lynch Loan (1)	110.774	-	0,87% Pré a.a.	jun/22	Final	2,93%	A
Scotiabank Loan (1)	49.582	-	2,1964% Pré a.a.	dez/22	Final	6,22%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(261)	(366)					
Marcação à Mercado de Dívida (2)	3.622	4.436	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	484.416	312.650					
Total ESS	484.416	324.690					
CTCE							
Credores "RJ" - BMG	4.452	4.097	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	1,00%	-
Total em Moeda Nacional	4.452	4.097					
Total CTCE	4.452	4.097					
Em Moeda Nacional	2.318.533	2.395.167					
Em Moeda Estrangeira	1.971.682	1.527.035					
Total Rede Consolidada	4.290.215	3.922.202					

*A=Aval Energisa S/A, R=Recebíveis.

- (1) Condições de covenants - O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A., sendo os principais listados abaixo:

Controladora:

- ✓ Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinquenta centésimos) com relação às demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 (inclusive), 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) com relação às demonstrações financeiras relativas aos encerrados entre 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2020 (inclusive), passando para 4,0 (quatro inteiros) com relação às demonstrações financeiras relativas aos encerrados a partir de 31 de março de 2021 (inclusive) até a respectiva data de vencimento dos Contratos.
- ✓ EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro, sendo maior ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) até a respectiva data de vencimento dos contratos.

Controladas:

- ✓ Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinquenta centésimos) com relação às demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 (inclusive), 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) com relação às demonstrações financeiras relativas aos s encerrados entre 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2020 (inclusive), passando para 4,0 (quatro inteiros) com relação às demonstrações financeiras relativas aos s encerrados a partir de 31 de março de 2021 (inclusive) até a respectiva data de vencimento dos Contratos.
- ✓ EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro, sendo maior ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) até a respectiva data de vencimento dos contratos.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 38 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2019, as exigências contratuais foram cumpridas.

- (2) Estas operações estão sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “hedge” de valor justo ou pela designação como “Fair Value Option” (nota explicativa nº 38 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).
- (3) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício findo de 31 de dezembro de 2019. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na Nota explicativa nº 38 Instrumentos Financeiros e gerenciamento de risco.

Para garantia do pagamento das parcelas, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R\$97.264 (R\$88.445 em 2018), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo não circulante.

A Companhia e suas controladas têm como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no exercício:

Moeda/indicadores	2019	2018
US\$ x R\$	4,02%	17,13%
SELIC	5,96%	6,43%
CDI	5,96%	6,42%
IPCA	4,31%	3,75%
LIBOR	2,33%	2,34%
TR	0,00%	0,00%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2021	-	1.060.114
2022	-	1.033.793
2023	-	102.863
2024	-	69.990
Após 2024	146.891	1.241.601
Total	146.891	3.508.361

22. Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

[illegible]

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimentos	Amortização do principal/ parcelas	Taxa efetiva de juros
	2019	2018						
REDE ENERGIA								
4ª Emissão	61.355	56.966	22/12/09	370.000 / 0	1% a.a.	nov-35	Final	1,00%
Total REDE ENERGIA	61.355	56.966						
ETO								
Debentures 2ª Emissão 1ª Série	44.704	43.114	15/06/17	39.771 / 39.771	IPCA+5,60% a.a.	jun / 22	Final	9,91%
Debentures 2ª Emissão 2ª Série	40.136	38.709	15/06/17	35.696 / 35.696	IPCA+5,6601% a.a.	jun / 24	Final	9,97%
Debentures 3ª Emissão 1ª Série	10.407	10.040	15/10/17	9.526 / 9.526	IPCA+4,4885% a.a.	out / 22	Final	8,80%
Debentures 3ª Emissão 2ª Série	1.940	1.872	15/10/17	1.775 / 1.775	IPCA+4,7110% a.a.	out / 24	Final	9,02%
Debentures 3ª Emissão 3ª Série	3.614	3.487	15/10/17	3.304 / 3.304	IPCA+5,1074% a.a.	out / 27	Final	9,42%
Debentures 3ª Emissão 4ª Série	117.663	118.012	15/10/17	116.395 / 116.395	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	6,42%
Debentures 4ª Emissão	252.529	242.415	15/09/18	240.000 / 240.000	IPCA+5,0797% a.a.	set / 25	Anual após set/23	9,39%
Debentures 5ª Emissão 1ª Série	238.300	-	10/06/19	237.596 / 237.596	CDI + 0,95% a.a.	jun / 24	Final	6,91%
Debentures 5ª Emissão 2ª Série	162.902	-	10/06/19	162.404 / 162.404	CDI + 1,15% a.a.	jun / 26	Final	7,11%
Custos de captação	(7.874)	(8.429)						
Marcação à Mercado de Dívida	41.598	21.207						
Total ETO	905.919	470.427						
EMS								
Debentures 8ª Emissão	304.713	305.689	15/09/17	30.000 / 30.000	107,50% CDI	set / 22	Semestral	6,41%
Debentures 9ª Emissão 1ª Série	11.757	11.342	15/10/17	10.762 / 10.762	IPCA+4,4885% a.a.	out / 22	Final	8,80%
Debentures 9ª Emissão 2ª Série	2.192	2.115	15/10/17	2.006 / 2.006	IPCA+4,7110% a.a.	out / 24	Final	9,02%
Debentures 9ª Emissão 3ª Série	4.084	3.939	15/10/17	3.733 / 3.733	IPCA+5,1074% a.a.	out / 27	Final	9,42%
Debentures 9ª Emissão 4ª Série	132.932	133.325	15/10/17	131.499 / 131.499	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	6,42%
Debentures 10ª Emissão	153.506	154.008	15/02/18	15.000 / 15.000	CDI +0,95% a.a.	fev / 21	Final	6,91%
Debentures 11ª Emissão	163.092	156.560	15/09/18	155.000 / 155.000	IPCA+5,0797% a.a.	set / 25	Anual após set/23	9,39%
Debentures 12ª Emissão	110.312	-	10/06/19	155.000 / 155.000	CDI + 0,73% a.a.	jun / 24	Final	6,69%
Custos de captação	(3.511)	(4.459)						
Marcação à Mercado de Dívida	20.958	11.049						
Total EMS	900.035	773.568						
EMT								
Debentures 6ª Emissão 1ª Série	92.042	88.770	15/06/17	81.885 / 81.885	IPCA+5,60% a.a.	jun / 22	Final	9,91%
Debentures 6ª Emissão 2ª Série	82.635	79.698	15/06/17	73.494 / 73.494	IPCA+5,6601% a.a.	jun / 24	Final	9,97%
Debentures 7ª Emissão 1ª Série	11.519	11.112	15/10/17	10.544 / 10.544	IPCA+4,4885% a.a.	out / 22	Final	8,80%
Debentures 7ª Emissão 2ª Série	2.148	2.072	15/10/17	1.965 / 1.965	IPCA+4,7110% a.a.	out / 24	Final	9,02%
Debentures 7ª Emissão 3ª Série	4.001	3.858	15/10/17	3.657 / 3.657	IPCA+5,1074% a.a.	out / 27	Final	9,42%
Debentures 7ª Emissão 4ª Série	130.237	130.623	15/10/17	128.834 / 128.834	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	6,42%
Debentures 8ª Emissão	481.259	482.824	15/02/18	47.000 / 47.000	CDI+1,10% a.a.	fev / 21	Final	7,06%
Debentures 9ª Emissão	405.099	388.874	15/09/18	385.000 / 385.000	IPCA+5,0797% a.a.	set / 25	Anual após set/23	9,39%
Debentures 10ª Emissão 1ª Série	117.833	-	10/06/19	117.500 / 117.500	CDI + 0,73% a.a.	jun / 24	Final	6,69%
Debentures 10ª Emissão 2ª Série	32.598	-	10/06/19	32.500 / 32.500	CDI + 1,05% a.a.	jun / 29	Anual após jun/27	7,01%
Custos de captação	(12.765)	(16.292)						
Marcação à Mercado de Dívida	70.636	35.852						
Total EMT	1.417.242	1.207.391						
ESS								
Debentures 1ª Emissão 1ª Série	48.383	46.664	15/06/17	43.044 / 43.044	IPCA+5,60% a.a.	jun / 22	Final	9,91%
Debentures 1ª Emissão 2ª Série	43.437	41.892	15/06/17	38.632 / 38.632	IPCA+5,6601% a.a.	jun / 24	Final	9,97%
Debentures 3ª Emissão 1ª Série	9.373	9.043	15/10/17	8.580 / 8.580	IPCA+4,4885% a.a.	out / 22	Final	8,80%
Debentures 3ª Emissão 2ª Série	1.748	1.686	15/10/17	1.599 / 1.599	IPCA+4,7110% a.a.	out / 24	Final	9,02%

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimentos	Amortização do principal/ parcelas	Taxa efetiva de juros
	2019	2018						
Debentures 3ª Emissão 3ª Série	3.256	3.141	15/10/17	2.977 / 2.977	IPCA+5,1074% a.a.	out / 27	Final	9,42%
Debentures 3ª Emissão 4ª Série	105.987	106.300	15/10/17	104.844 / 104.844	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	6,42%
Debentures 4ª Emissão	73.655	70.704	15/09/18	70.000 / 70.000	IPCA+5,0797% a.a.	set / 25	Anual após set/23	9,39%
Custos de captação	(3.663)	(4.773)						
Marcação à Mercado de Dívida	21.305	9.670						
Total ESS	303.481	284.327						
TOTAL	3.461.348	2.748.854						
Custos de captação	(27.813)	(33.953)						
Marcação à Mercado de Dívida	154.497	77.778						
Total em moeda nacional	3.588.032	2.792.679						
CONSOLIDADO	3.588.032	2.792.679						

As debêntures de 4ª emissão da Controladora com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. foram repactuadas na Recuperação Judicial - (opção A) com juros de 1% e estão sendo apresentadas deduzidas de R\$279.824 (R\$284.242 em 2018) de ajuste a valor presente.

Condições de covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais listados abaixo:

Controladora e controladas:

- ✓ Endividamento Líquido dividido pelo EBITDA, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinquenta centésimos) com relação às demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 (inclusive); 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) com relação às demonstrações financeiras encerradas entre 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2020 (inclusive), passando para 4,0 (quatro inteiros) com relação às demonstrações financeiras encerradas a partir de 31 de março de 2021 (inclusive) até a respectiva data de vencimento dos Contratos.
- ✓ EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro, sendo maior ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinquenta centésimos) até a respectiva data de vencimento dos contratos.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2019, as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos

Em 2019, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2021	-	874.510
2022	-	500.163
2023	-	325.158
2024	-	985.100
Após 2024	59.955	598.678
Total	59.955	3.283.609

23. Arrendamentos operacionais - consolidado

As controladas atuam como arrendatárias em contratos referentes imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição.

Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu o ofício circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019.

As controladas, em conformidade com o CPC 06 (R2) e em sua avaliação quanto ao ofício emitido, concluiu que: (i) as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos - IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia e controladas, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia e suas controladas não apresentam obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os

créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Em atendimento ao ofício, o quadro a seguir proporciona os inputs mínimos necessários para que os efeitos inflacionários sejam adicionados à informação divulgada.

Os reflexos oriundos da adoção da nova norma CPC 06 (R2) são como segue:

Arrendamentos operacionais	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Adoção Inicial em 01/01/2019	Adição	Amortização	Juros	Saldos em 2019
Arrendamentos operacionais - imóveis	4	8,89%	23.187	9.737	(9.681)	2.092	25.335
Circulante							10.779
Não circulante							14.556

Em 2019, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	2019
2021	1.668
2022	2.854
2023	1.266
2024	1.094
Após 2024	7.674
Total	14.556

24. Tributos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços ⁽¹⁾ ICMS	-	-	479.839	369.895
Impostos S/Serviços - ISS	-	-	11.841	8.904
Encargos Sociais	1	9	28.535	26.443
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ ⁽²⁾	-	-	25.808	18.548
Contribuição Social s/ o Lucro - CSLL ⁽²⁾	-	-	15.810	6.928
Contribuições ao PIS e a COFINS	265	160	83.833	66.419
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	646	93	5.554	4.403
Contribuição Previdenciária s/ Receita Bruta	-	-	117	1.510
Imposto s/ Operações Financeiras - IOF	1.012	176	1.017	286
Outros	27	15	15.595	11.470
Total	1.951	453	667.949	514.806
Circulante	1.951	453	295.385	249.251
Não Circulante	-	-	372.564	265.555

(1) ICMS - a controlada Energisa Sul Sudeste, possui liminar suspendendo a cobrança do ICMS sobre os valores faturados com subvenção do “baixa renda” no montante de R\$34.486 (R\$30.927 em 2018) com depósito judicial, enquanto as controladas EMT, EMS, ESS e ETO possuem R\$325.853 (R\$222.147 em 2018) referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres e ICMS sobre a demanda de energia, que se encontram suspenso por liminares dos consumidores (vide nota explicativa nº 7). Todos os valores citados encontram-se demonstrados no passivo não circulante.

(2) Inclui IRPJ e CSLL incidente sobre juros e acréscimos moratórios cobrados nas notas fiscais/contas de energia elétrica. A controlada EMS possui liminar de suspensão de cobrança com depósito judicial.

25. Parcelamento de impostos - consolidado

A controlada ESS possui parcelamentos ordinários e de dívida ativa junto a Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo e Paraná. Os parcelamentos estaduais são corrigidos através dos índices próprios de cada Estado, e são como segue:

Descrição	2019	2018
ICMS		
Principal	22.213	30.948
Multa	24.612	27.236
Juros	3.692	4.085
TOTAL	50.517	62.269
Circulante	17.313	17.313
Não Circulante	33.204	44.956

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados:

	2019
2020	17.313
2021	15.372
2022	13.649
Após 2022	4.183
Total	50.517
Circulante	17.313
Não circulante	33.204

26. Encargos setoriais - consolidado

	2019	2018
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (*)	-	56.596
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	3.301	2.790
Ministério de Minas e Energia - MME	1.631	1.377
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL	18.686	14.117
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	119.898	133.028
Programa de Eficiência Energética - PEE	142.104	143.708
Total	285.620	351.616
Circulante	168.552	181.094
Não circulante	117.068	170.522

(*) A Resolução Homologatória Aneel nº 2.521, de 20 de março de 2019 determinou a amortização da Conta no Ambiente de Contratação Regulada - Conta-ACR até agosto de 2019.

Os encargos setoriais correspondem a 1% da receita operacional líquida e visam financiar e a combater o desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de Ordens de serviços em curso no ativo circulante, até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

27. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias - consolidado.

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista, tributária e regulatória.

Perdas prováveis:

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões:

Controladora	Fiscais	2019	2018
Saldos iniciais - não circulante 2018 e 2017	582	582	547
Atualização monetária	35	35	35
Saldos finais - não circulante 2019 e 2018	617	617	582

A Companhia possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$26.423 (R\$25.187 em 2018) que não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórios	2019	2018
Saldos iniciais - não circulante 2018 e 2017	146.098	171.866	12.465	17.033	347.462	398.485
Constituições de provisões	41.281	75.496	855	547	118.179	111.995
Reversões de provisões	(25.029)	(34.060)	(9.885)	-	(68.974)	(59.704)
Pagamentos realizados	(64.116)	(49.953)	-	-	(114.069)	(116.112)
Atualização monetária	3.424	4.424	324	1.781	9.953	12.798
Saldos finais - não circulante 2019 e 2018	101.658	167.773	3.759	19.361	292.551	347.462
Cauções e depósitos vinculados (*)					(41.749)	(53.319)

(*) As controladas diretas e indiretas possuem cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$228.292 (R\$203.797 em 2018). Deste total, R\$38.407 (R\$30.930 em 2018) correspondem aos depósitos correspondentes ao ICMS incidente sobre a subvenção econômica de baixa renda que encontram-se em discussões judiciais, com contrapartida reconhecida na rubrica de impostos e contribuições sociais e R\$148.136 (R\$119.548 em 2018), não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

• Trabalhistas

A maioria das ações tem por objeto discussões sobre: (i) Horas extras e reflexos; (ii) Sobreaviso e reflexos; (iii); (iv) verbas Rescisórias e Contratuais; (v) adicional periculosidade e; (vi) vínculo empregatício. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda pelas, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 (três) a 5 (cinco) anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia e controladas serem vencidas nas ações.

• Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, tais como (i) Corte indevido de energia elétrica; (ii) Inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) Cancelamento/Revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) Cancelamento/Revisão de fatura de consumo normal; (v) Ressarcimento de danos elétricos; (vi) Ligação ou troca de titularidade de UC; (vii) Programa Luz no Campo/Programa Luz para Todos; (viii) Incorporação/ Indenização por construção de rede particular de energia elétrica; (ix) Acidentes com terceiros; e (x) indenizações.

Inclui ainda ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos às controladas resultantes da majoração de tarifas com base nas Portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada;

- Fiscais

Referem-se a discussões relacionadas a PIS, COFINS, INSS, ISS, ICMS, IRPJ e CSLL. Os processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, quer seja por estarem em trâmite os processos administrativos, quer seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento.

- Regulatórias

As controladas EMT, EMS, ETO e ESS possuem processos de contingências regulatórias junta à ANEEL, referente descumprimento de preceito regulatório.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas possuem processos de naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Controladora	Cíveis	Fiscais	2019	2018
Saldos iniciais - 2018 e 2017	250.615	13.438	264.053	233.207
Mudança de prognósticos e valor pedido	(217.299)	-	(217.299)	32.077
Encerramento	(1)	-	(1)	(8.913)
Atualização monetária	4.554	816	5.370	7.682
Saldos finais - 2019 e 2018	37.869	14.254	52.123	264.053

Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	2019	2018
Saldos iniciais - 2018 e 2017	137.708	1.805.226	1.507.906	34.507	3.485.347	2.502.237
Novos processos	26.656	178.265	7.612	24.482	237.015	590.036
Mudança de prognósticos e valor pedido	(6.718)	(688.886)	(137.735)	-	(833.339)	378.057
Encerramento	(44.146)	(114.961)	(6.509)	(32.324)	(197.940)	(126.710)
Atualização monetária	3.657	48.340	86.163	832	138.992	141.727
Saldos finais - 2019 e 2018	117.157	1.227.984	1.457.437	27.497	2.830.075	3.485.347

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

- Trabalhistas

Ações judiciais de natureza trabalhistas referem-se aos seguintes objetos: discussões de empregados que requerem recebimento de horas extras, adicional de periculosidade, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pelas controladas, reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias.

- Cíveis

As ações judiciais de natureza cível discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia e multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que se encontra em processo de defesa administrativa, bem como as ações em que consumidores pretendem a devolução de valores.

Principais processos:

Rede Energia

. Ação civil pública 00313063920124013900 com pedido de antecipação de tutela, ajuizada pelo Ministério Público Federal, no montante envolvido de R\$214.439 em 2018, por meio da qual pretende anular a Resolução Autorizativa da ANEEL nº 3.731, de 30/12/2012, que autorizou a CELPA a destinar para investimentos na área de concessão os recursos decorrentes das compensações devidas a seus consumidores por transgressões aos limites dos indicadores de qualidade do serviço de distribuição de energia elétrica, no de 29/02/2012 a 07/08/2015. Em agosto de 2019, os assessores jurídicos da Companhia alteraram o prognóstico de perda da ação de possível para remoto em função da jurisprudência do assunto.

. Ação de execução por quantia certa 01415375820128260100 com montante envolvido de R\$37.642 (R\$33.758 em 2018), para a cobrança dos supostos créditos consubstanciados em Cédulas de Crédito Bancário, emitidas pelas Centrais Elétricas do Pará - CELPA. Na hipótese da CELPA vir a ser condenada, esse débito poderá ter de se sujeitar ao Plano de Recuperação Judicial.

EMT

. Ação 1004068-45.2018.4.01.3600 no montante de R\$312.760 (R\$304.145 em 2018) relacionada ação de cobrança envolvendo indenização pela passagem. Autor requer declaração de legalidade e exigibilidade da cobrança de contraprestação pelo uso das faixas de domínio da rodovia concedida à CRO, com a condenação da EMT ao pagamento das parcelas vencidas e vincendas em razão do referido uso, bem como a assinar os contratos pendentes e a apresentar o projeto executivo da área de ocupação.

. Ação 0053723-89.2016.4.01.3400, cujo valor em 31 de dezembro de 2018 estava estimado em R\$295.727 relacionada ao pleito de restituição de valores cobrados em faturas de energia elétrica, referentes a perdas técnicas e comerciais, teve seu prognóstico alterado em dezembro de 2019 de possível para remoto. Alteração baseada em parecer dos assessores jurídicos que levou em consideração aspectos legais e regulatórios.

. Ação de indenização 17436-75.2014.811.0041, no montante de R\$72.386 (R\$70.392 em 2018), ajuizada por Conel Construções Elétricas Ltda, objetivando o ressarcimento por danos materiais e morais, fundamentada em suposta rescisão imotivada pela ré do contrato de prestação de serviços.

. Ação de indenização 54570-73.2013.811.0041, no montante de R\$41.021 (R\$39.891 em 2018), objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.

. Ação de indenização 13549-66.2015.811.0003 no montante de R\$35.429 (R\$34.453 em 2018), onde se discute matéria relacionada a danos morais e materiais.

EMS

. Ação cível coletiva 00651268720144013800, no montante de R\$174.968 (R\$170.148 em 2018), por meio da qual a Associação de Defesa dos Consumidores de Energia, objetivando a devolução em dobro de valores supostamente cobrados de forma indevida. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas, implicando na alteração das bases contratuais do contrato de concessão e toda metodologia de fixação das tarifas elaboradas pelo Poder Concedente.

. Ação 00537238920164013400, cujo valor em 31 de dezembro de 2018 estava estimado em R\$160.579 relacionada ao pleito de restituição de valores cobrados em faturas de energia elétrica, referentes a perdas técnicas e comerciais, teve em dezembro de 2019 o prognóstico alterado de possível para remoto, baseado em parecer de risco emitido por assessores jurídicos contratados.

. Ação cível pública 00081923720034036000, no montante de R\$64.881 (R\$63.094 em 2018), por meio da qual o Ministério Público Federal, pleiteia a anulação da Resolução ANEEL nº167, que fixou o índice de reposicionamento tarifário Companhia, para em seu lugar, fixar outro índice que não o IGPM.

ETO

. Processo 2008.34.00.007382-8 com valor envolvido de R\$34.505 (R\$33.555 em 2018) onde se discute questões contratuais relacionadas a desapropriação.

. Processo 0053723-89.2016.4.01.3400, cujo valor em 31 de dezembro de 2018 estava estimado em R\$32.746 onde se discute indenização por danos morais/ pedido de antecipação de tutela. Em dezembro de 2019, os assessores jurídicos da controlada alteraram o prognóstico de perda da ação de possível para remoto onde levaram em consideração aspectos legais e regulatórios.

Fiscais

Ações de natureza fiscais e tributárias referem-se basicamente a discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (iii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota; e (iv) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (v) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (vi) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia no ativo permanente da empresa, já tendo a comprovação obtida decisões favoráveis em 1ª, 2ª e 3ª instâncias, com trânsito em julgado em alguns processos; (vii) cobrança ICMS em decorrência de saída isenta e energia elétrica recebida ao abrigo do deferimento.

Principais processos:

EMT

. Processos 5044000/2015, 1189910010000012009-19, 5069184/2013, 167410016000122008-11, 5028005/2011, envolvendo ICMS incidente sobre demanda de energia ("ICMS Demanda") no montante de R\$633.648 (R\$597.372 em 2018), para o qual a controlada não constituiu provisão, com base na avaliação de seus consultores jurídicos. Os processos referentes a ICMS Demanda, decorrem de autuação em virtude de falta de arrecadação e recolhimento do tributo, por conta de impedimento judicial (decisões judiciais suspendendo a exação, obtidas por consumidores). Após a cessação dos efeitos das referidas decisões, a Companhia vem mantendo discussões com a SEFAZ/MT, no sentido de construir uma solução para a arrecadação deste tributo, por meio da participação da Companhia, na condição de mero agente arrecadador. As discussões culminaram na abertura da possibilidade de adesão direta pelos consumidores, ao programa de parcelamento vigente do Estado (Refis MT - Leis Estadual nº 10.433/2016 e Decreto nº 780/2016).

. Destaca-se também os processos 1000985-84.2016.811.0041, 1189910010000092010-19, 122752000142016115, 1035343/630/96/2014, 5205023/2012 e 5095376/2016, referentes à tomada de crédito do diferencial de alíquota de ICMS, nas operações de aquisição de bens destinados ao ativo permanente no valor total de R\$234.575 (R\$221.146 em 2018), dentre os quais vale destacar: (i) execução fiscal 1000985-84.2016.811.0041 no valor de R\$76.999 (R\$72.592 em 2018); em divergência com preceitos constitucionais e com a Lei Complementar nº 87/96, a Lei Estadual nº 7.098/98 do Estado de Mato Grosso veda em seu art. 25, §6º, a tomada deste crédito; o tema é objeto da ADI nº 4.623/MT, em trâmite perante o STF, já com parecer favorável da Advocacia Geral da União e (ii) auto de infração 011178550.20128130699 lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso, com cobrança de ICMS relativo ao de janeiro de 2010 a janeiro de 2012, sob o fundamento de que a Companhia supostamente teria se apropriado indevidamente de crédito fiscal relativo ao diferencial de alíquota pelas aquisições de bens destinados ao ativo permanente, que após apresentação de manifestação - teve a autuação transferida para o processo 5205023/2012, no valor de R\$80.936 (R\$76.303 em 2018).

. Auto de infração (administrativo 0408/2018) 14094.720008/2018-36, no montante de R\$74.250 (R\$70.000 em 2018) relacionado a não homologação das alterações realizadas nas DCTF do de 2014 a 2016.

. Processo 0010774-95.2017.4.01.3600, no montante de R\$127.462 (R\$120.166 em 2018), envolvendo discussão sobre execução fiscal proposta pela União Federal, em razão da exclusão da empresa no parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09 com a respectiva perda dos benefícios concedidos. Foi apresentada garantia ao débito fiscal.

EMS

. Auto de infração 10140720806201057, com montante envolvido de R\$51.613 (R\$48.692 em 2018), lavrado pela Receita Federal para cobrança de créditos tributários de PIS e COFINS, das competências de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008, decorrentes da glosa de créditos apropriados no regime não cumulativo sobre os valores que seriam restituídos aos consumidores por força de determinação da ANEEL.

ETO

. Processo nº 5003614-42.2012.827.2729 - Execução fiscal na qual é exigido débito tributário decorrente da glosa do crédito de ICMS apropriados em aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado da R\$155.276 (R\$168.278 em 2018). Questões relacionadas ao mérito estão sendo discutidas na ação anulatória nº 0013057-97.2015.8.27.2729, proposta pela Companhia previamente à cobrança do Estado.

. Processo nº 5008221-35.2011.827.2729 - cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a glosa de créditos de ICMS baseado na aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, no montante envolvido de R\$78.677 em 31 de dezembro de 2018. Com base em análise de risco enviada pelo jurídico, o processo teve o prognóstico alterado de possível para remoto em setembro de 2019. Alteração baseada no risco financeiro envolvido na ação. Questões relacionadas ao mérito estão sendo discutidas na ação anulatória nº 5000726-08.2009.827-2729, proposta pela controlada previamente à cobrança do Estado.

. Auto de Infração 2014/003353 com valor envolvido de R\$41.962 em 2018 relacionado a discussões sobre registro de notas fiscais de entrada de energia e transmissão no 2010 a 2014. Em setembro de 2019, com base na jurisprudência do assunto, o prognóstico foi alterado de possível para remoto.

Regulatórias

Processos de contingências regulatórias junto à ANEEL, referente a suposto descumprimento de preceito regulatório.

Principais processos:

ETO

Processos de contingências regulatórias decorrente de Autos de Infração oriundos de fiscalização regular da ANEEL. Em 2019 ocorreu o encerramento de processo junto à ANEEL, decorrente de penalidade aplicada em razão da operação de aquisição de créditos fiscais realizadas entre a Companhia e a QMRA (empresa do mesmo grupo econômico) para fruição do benefício do REFIS da Copa. O encerramento ocorreu em razão do trânsito em julgado dos processos com o cancelamento dos autos de infração e consequente ausência de qualquer penalidade.

ESS

Processos de contingências regulatórias decorrente de Autos de Infração oriundos de fiscalização regular da ANEEL. Em 2019 ocorreu o encerramento de processo junto à ANEEL, decorrente de penalidade aplicada em razão da operação de aquisição de créditos fiscais realizadas entre a Companhia e a QMRA (empresa do mesmo grupo econômico) para fruição do benefício do REFIS da Copa. O encerramento ocorreu em razão do trânsito em julgado dos processos com o cancelamento dos autos de infração e consequente ausência de qualquer penalidade.

28. Taxas regulamentares - consolidado

Movimentação	2019	2018
Saldos em 2018 e 2017	39.494	96.917
Juros	(1.212)	4.318
Amortização no exercício	(38.282)	(61.741)
Saldos em 2019 e 2018 - Circulante	-	39.494

Os valores das taxas regulamentares foram integralmente parcelados, em 01 de julho de 2014, junto à Eletrobrás pelas controladas EMT e ETO. Pagamentos finalizados no exercício de 2019.

29. Incorporação de redes - consolidado

Com a finalidade de viabilizar o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras, o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pelas controladas EMT, EMS, ETO e ESS até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

O prazo de universalização de energia elétrica das controladas EMT, em áreas rurais no Mato Grosso, foi prorrogado para 2020. A revisão do cronograma foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Sobre os saldos das incorporações de redes particulares incidem encargos calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5% a 1% ao mês de juros.

Segue as movimentações ocorridas no exercício:

	2019	2018
Saldos iniciais em 2018 e 2017	139.212	209.970
Adição no exercício	13.909	23.833
Atualização monetária e juros	27.943	30.652
Baixas/pagamentos	(87.321)	(125.243)
Saldos finais em 2019 e 2018	93.743	139.212
Circulante	48.239	93.708
Não circulante	45.504	45.504

30. Outros passivos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Participações Empregados	-	-	37.865	40.273
Outros Benefícios a empregados	-	-	10.359	6.109
Entidade Seguradora	-	-	4.148	6.719
Retenção de caução contratual empreiteiras	-	-	26.802	17.546
Adiantamentos de clientes	152	152	29.991	26.799
Valores e encargos a recuperar tarifa - TUSD	-	-	12.201	12.201
Encargos emergenciais (ECE e EAE)	-	-	17.182	17.182
Encargos Tarifários	-	-	403	359
Transferência de Ativos Global Energia Elétrica	-	-	-	17.149
Ressarcimento EBP - Salto Paraíso (*)	-	-	40.711	43.229
Efeitos da Redução do ICMS na base de PIS/COFINS (1)	-	-	210.476	-
Credores Recuperação Judicial	-	-	51.753	57.678
Outras contas a pagar	168	172	71.345	44.960
Total	321	324	513.236	290.204
Circulante	168	168	145.708	177.996
Não Circulante	153	156	367.528	112.208
 Circulante - outros passivos	 76.739	 235.573	 492.784	 580.805
Não Circulante - outros passivos	168.861	4.762	411.268	223.943
Não Circulante - Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins (4)	-	-	658.796	-

(*) Refere-se à incorporação da conexão das usinas na SE Salto Paraíso com ressarcimento a ser pago pela companhia a EBP (Enel Brasil Participações) por meio de compensação com crédito decorrente do contrato de uso do sistema de distribuição ("CUSD").

(1) Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - Consolidado

Efeito do trânsito em julgado da ação que reivindicou a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS:

Em março de 2017 o STF decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e alguns a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculo das contribuições.

Em maio de 2019 transitou em julgado no Tribunal Regional Federal da 5ª Região decisão favorável no processo da Companhia.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e baseando na melhor estimativa da Administração, a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar de R\$202.023 e passivo de R\$199.896, líquido de honorários devidos aos advogados e de tributos. A constituição do passivo decorre do entendimento que os

montantes a serem recebidos como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas da Receita Federal do Brasil e regulatórias, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Eventual mudança, ou limitação, do entendimento do STF, decorrente do julgamento dos embargos de declaração pelo STF, refletirá nos valores de ativo e passivo constituídos.

O resumo dos impactos são como segue:

	2019	
	Ativo não circulante	Passivo não circulante
Tributos a recuperar	212.704	-
Pis e Cofins - Efeitos da redução do ICMS		
Outros passivos		
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins (*)	-	(210.476)
	212.704	(210.476)
	Demonstração do resultado	
Receita operacional bruta		
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins - outros passivos		(166.577)
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo Pis e Cofins - tributos a recuperar		166.577
Resultado financeiro		
Outras Receitas financeiras		
Atualização dos Tributos a recuperar Pis e Cofins - Efeitos da redução do ICMS		46.126
Outras Despesas financeiras		(46.126)
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins		-
Resultado apurado		

(*) Deduzidos de R\$2.228, referente aos custos incorridos com advogados e tributos.

31. Patrimônio líquido

31.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$2.777.404 (R\$2.777.404 em 2018), representando por 2.057.875 ações ordinárias (2.057.875 ações ordinárias em 2018), sem valor nominal.

31.2. Reserva de Capital

	2019	2018
Ganho/Perda com investimentos ⁽¹⁾	11.634	11.603
Incentivos fiscais de Reinvestimentos ⁽²⁾	2.939	2.939
Programa de remuneração variável (ILP) ⁽³⁾	1.482	510
Total	16.055	15.052

(1) Inclui ganhos e perdas apurados pelo aumento de percentual de participação no capital social de controladas e de distribuição de dividendos diferenciados atribuídos as ações ordinárias e preferencias de controladas.

(2) Incentivos fiscais de reinvestimentos (reflexo) - refere-se ao benefício de Reinvestimento de 30% do Imposto de Renda, destinado as pessoas jurídicas com empreendimentos em operação na área de atuação da SUDAM, instaladas nos setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional.

O artigo 27 da Portaria 283, de 04 de julho de 2013, expedida pelo Ministério da Integração Nacional (atual Ministério do Desenvolvimento Regional), prevê que as pessoas jurídicas enquadradas nos requisitos legais poderão depositar no Banco da Amazônia S/A (Basa) o total de 30% (trinta por cento) do valor do Imposto de Renda devido pelos referidos empreendimentos, calculados sobre o lucro da exploração, acrescido de 50% (cinquenta por cento) de recursos próprios, para reinvestimento.

Com a publicação da Lei nº 13.799, de 03 de janeiro de 2019, que alterou a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, as empresas com projetos de reinvestimento do imposto de renda aprovados pela SUDAM, poderão pleitear até 50% (cinquenta por cento) dos valores depositados para investimento em capital de giro, desde que o percentual restante seja destinado à aquisição de máquinas e equipamentos novos que façam parte do processo produtivo, em projetos de modernização ou complementação de equipamento, até o ano de 2023.

Os recursos liberados, deduzidos da quantia correspondente a 2%, a título de administração do projeto, conforme dispõe o artigo 19, parágrafo 2o, da Lei nº 8.167/1991, foram contabilizados em outras reservas de capital e, após sua aprovação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do encerramento do exercício social em que houve a emissão do ofício de liberação pela Superintendência do Desenvolvimento Regional, serão capitalizados.

- (3) Implementação do Programa de Remuneração Variável através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) (vide nota explicativa nº 14).

Transações entre sócios	2019	2018
Saldo inicial -2018 e 2017	11.603	11.459
Transações entre sócios - reflexo (1)	31	144
Saldo final -2019 e 2018	11.634	11.603

- (1) Inclui parcela reflexa do percentual de participação nas controladas ESS, EMS, Rede Power, EMT, ETO, Multi Energisa, QMRA e CTCE, referente a transações contabilizadas diretamente no patrimônio líquido.

31.3. Reservas de lucros

31.3.1 - Reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

31.3.2 - Reserva de lucros - reserva de retenção de lucros

Em Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 30 de abril de 2019, foi aprovado a distribuição de dividendos com base no saldo da reserva de lucros de exercícios anteriores, no montante de R\$98.314, equivalentes a R\$0,04777452925 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos foram efetuados em 17 de maio de 2019 com base na posição acionária de 07 de maio de 2019, respeitadas as negociações deste dia, inclusive.

O montante destinado para a reserva de retenção de lucros no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$208.147, que foram retidos com base no orçamento de capital, aprovado pelo Conselho de Administração a ser submetido a Assembleia Geral Ordinária.

31.3.3 - Redução de incentivo fiscal (imposto de renda) (controladas)

As controladas EMT e ETO por atuarem no setor de infraestrutura na região Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
 - (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de capital e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e
 - (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.
- A partir da edição da Lei nº 11.638/07, e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do período com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda.

Seguem as informações dos incentivos obtidos pelas:

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda (consolidado)	
			2019	2018
EMT	SUDAM	114/2014	123.925	78.831
ETO	SUDAM	113/2014	32.426	16.910
Total			156.351	95.741

Esses valores foram registrados diretamente no resultado do exercício na rubrica “imposto de renda e contribuição social corrente” no consolidado e foram destinados a reserva de incentivo fiscais no patrimônio líquido das controladas.

31.4. Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15/12/76.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	711.504	399.564
Reserva legal (5%)	(35.575)	(19.978)
Dividendos prescritos	1.139	-
Lucro líquido ajustado	677.068	379.586
Dividendos obrigatórios 25%	169.267	94.897
Dividendos antecipados pagos		
. . Em 28 de junho de 2019 - R\$0,10361076 por ação ⁽¹⁾	213.218	-
. . Em 28 de agosto de 2019 - R\$0,08825609 por ação ⁽¹⁾	181.620	-
. . Em 22 de novembro de 2019 - R\$0,03599997 por ação ⁽¹⁾	74.083	-
Total dos dividendos	468.921	94.897
% sobre o lucro líquido ajustado	69,26%	25%

⁽¹⁾ Os dividendos antecipados aprovados pelas RCAs de 10 de junho, 08 de agosto e 07 de novembro de 2019 foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2019.

Dividendos referente ao exercício de 2018:

A Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2019, aprovou a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2018, apurados no balanço levantado pela Companhia em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$379.586, correspondentes aos dividendos adicionais propostos e ao mínimo obrigatório, equivalentes a R\$0,1844553612 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos foram efetuados em 17 de maio de 2019 com base na posição acionária de 07 de maio de 2019, respeitadas as negociações deste dia, inclusive.

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos das controladas na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

31.5. Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização - do plano de benefício a empregados líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 (IAS 1) - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue movimentação nos exercícios de 2019 e 2018:

	2019	2018
Saldo em - 2018 e 2017	(48.401)	(9.988)
Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	(108.797)	(58.202)
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	36.990	19.789
Saldo em - 2019 e 2018	(120.208)	(48.401)

31.6. Participação de acionistas não controladores

A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

Movimentação da participação de acionistas não controladores:

	Participação acionária e no capital votante	Saldo em 2018	Resultado atribuído aos acionistas não controladores	Dividendos	Outros resultados abrangentes	Transações entre sócios	Saldo em 2019
. Energisa Mato Grosso	42,33%	907.373	233.783	(102.129)	(17.286)	241	1.021.982
. Energisa Tocantins	23,33%	180.408	38.077	(35.832)	(2.488)	76	180.241
. Energisa Mato Grosso do Sul	0,07%	815	187	(169)	(10)	-	823
. Rede Power do Brasil	0,01%	47	11	(15)	-	-	43
. Energisa Sul Sudeste	0,75%	4.286	871	(646)	(210)	1	4.302
. Cia Técnica de Comercialização de Energia	0,10%	(162)	(6)	-	-	-	(168)
. Multi Energisa Serviços S/A	0,10%	5	8	(2)	3	-	14
		1.092.772	272.931	(138.793)	(19.991)	318	1.207.237

	Participação acionária e no capital votante	Saldo em 2017	Resultado atribuído aos acionistas não controladores	Dividendos	Outros resultados abrangentes	Transações entre sócios	Saldo em 2018
. Energisa Mato Grosso	42,33%	946.926	163.572	(192.495)	(11.418)	788	907.373
. Energisa Tocantins	23,33%	193.368	13.358	(25.353)	(1.617)	652	180.408
. Energisa Mato Grosso do Sul	0,07%	837	81	(102)	(1)	-	815
. Rede Power do Brasil	0,01%	51	5	(9)	-	-	47
. Energisa Sul Sudeste	0,75%	6.061	1.013	(956)	(93)	(1.739)	4.286
. Cia Técnica de Comercialização de Energia	0,09%	(155)	(7)	-	-	-	(162)
. Multi Energisa Serviços S/A	0,10%	8	5	(4)	(4)	-	5
		1.147.096	178.027	(218.919)	(13.133)	(299)	1.092.772

32. Receita operacional - consolidada

	2019			2018		
	Fora do escopo dos auditores independentes			Fora do escopo dos auditores independentes		
	Nº de consumidores	MWh	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$
Residencial	3.163.594	7.657.115	5.957.459	3.072.071	7.082.891	5.065.604
Industrial	31.097	1.429.394	1.035.210	32.415	1.458.066	1.003.746
Comercial	269.509	3.823.197	3.033.080	267.507	3.690.460	2.716.756
Rural	386.757	2.400.995	1.386.189	374.796	2.277.669	1.196.785
Poder Público	34.898	960.625	715.981	34.824	893.323	623.964
Iluminação Pública	4.989	907.333	351.732	4.799	924.460	334.718
Serviço Público	4.875	592.001	370.018	4.635	569.324	326.858
Consumo Próprio	957	25.429	-	938	24.506	-
Subtotal	3.896.676	17.796.089	12.849.669	3.791.985	16.920.699	11.268.431
Suprimento de energia elétrica	-	1.149.227	506.495	-	1.063.479	442.635
Fornecimento Não Faturado Líquido	-	64.956	186.059	-	27.132	176.650
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	654	-	1.105.666	558	-	856.826
Receita de Construção da infraestrutura (1)	-	-	1.312.797	-	-	1.050.288
Serviços Especializados	-	-	11.842	-	-	7.231
Penalidades Regulatórias	-	-	(41.481)	-	-	(23.308)
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	-	-	(166.577)	-	-	-
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	-	-	166.577	-	-	-
Outras Receitas Operacionais	-	-	104.029	-	-	80.746
Valor Justo Ativo Financeiros Indenizável da Concessão	-	-	182.208	-	-	270.132
Constituição e Amortização- CVA Ativa e Passiva	-	-	(119.858)	-	-	412.019
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	777.244	-	-	736.371
Total - receita operacional bruta	3.897.330	19.010.272	16.874.670	3.792.543	18.011.310	15.278.021
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	3.026.717	-	-	2.626.422
PIS	-	-	254.717	-	-	229.380
COFINS	-	-	1.173.244	-	-	1.057.158
CPRB	-	-	1.306	-	-	1.080
ISS	-	-	1.853	-	-	1.754
Deduções Bandeiras Tarifárias - CCRBT (2)	-	-	(6.043)	-	-	57.734
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	38.704	-	-	34.950
Encargos de consumidor - Procel	-	-	9.676	-	-	8.738
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	1.113.129	-	-	1.134.918
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	19.352	-	-	17.475
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDTC	-	-	19.352	-	-	17.475
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	9.676	-	-	8.738
Taxa de Fiscalização dos serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	14.376	-	-	12.660
Total	-	-	5.676.059	-	-	5.208.482
Total - receita operacional líquida	3.897.330	19.010.272	11.198.611	3.792.543	18.011.310	10.069.539

(1) **Receita de construção da infraestrutura** - está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

- (2) **Bandeira tarifária** - A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição da distribuidora aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT, conforme despacho mensalmente divulgado pela ANEEL.

As receitas auferidas pela Companhia referentes as bandeiras tarifárias no exercício findo em 2019, foram de R\$ 269.863 (R\$ 387.034 em 2018), tendo recebido da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias CCRBT o montante de R\$ 6.042 (R\$ 57.734 em 2018). Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado das Companhias no exercício findo em 2019 foi de R\$ 275.905 (R\$ 329.300 em 2018).

33. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

Controladora			
Natureza do Gasto	Despesas Operacionais Gerais e Administrativas	Total	
		2019	2018
Pessoal e administradores	22	22	44
Serviços de terceiros	927	927	6.902
Outras	242	242	231
	1.191	1.191	7.177

Consolidado						
	Custo do Serviço			Despesas Operacionais	Total	
	Com Energia Elétrica	Custo de Operação	Prestado a Terceiros	Gerais e Administrativas	2019	2018
Energia elétrica comprada para revenda	5.186.040	-	-	-	5.186.040	4.891.316
Encargo de uso de sistema de transmissão e distribuição	762.489	-	-	-	762.489	723.548
Pessoal e administradores	-	499.208	37	149.084	648.329	640.723
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	-	1.291	1.291	663
Benefícios pós emprego	-	8.808	(57)	11.014	19.762	18.402
Material	-	85.359	(1.808)	27.580	111.131	100.804
Serviços de terceiros	-	270.442	-	349.010	619.452	626.818
Depreciação e amortização	-	588.255	-	40.120	628.375	611.176
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	-	138.036	-	-	138.036	79.161
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias	-	(2.040)	-	(62.824)	(64.864)	(63.821)
Custo de construção da infraestrutura	-	-	1.312.797	-	1.312.797	1.050.288
Outras	-	22.853	122	96.501	119.479	127.462
	5.948.529	1.610.921	1.311.091	611.776	9.482.317	8.806.540

34. Energia elétrica comprada para revenda

Consolidado				
	MWH (1)		Energia elétrica comprada p/revenda	
	2019	2018	2019	2018
Energia de Itaipú - Binacional	3.063.197	2.942.272	892.170	877.267
Energia de leilão	8.870.931	8.349.848	1.968.209	1.952.271
Energia bilateral e outros suprimentos	4.528.926	4.364.425	1.112.270	1.028.670
Cotas de Angra Resolução Normativa nº 530/12	647.806	617.391	149.678	134.405
Energia de curto prazo - CCEE	308.086	312.382	762.905	571.769
Cotas Garantia Física-Res. Homologatória nº 1.410	4.447.085	4.293.805	604.425	625.339
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	416.035	405.373	180.940	150.859
Energia de Reserva - ERR	-	-	43.755	46.512
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(528.312)	(495.776)
Total	22.282.066	21.285.496	5.186.040	4.891.316

(1) Informações fora do escopo dos auditores independentes.

35. Outros resultados

	Consolidado	
	2019	2018
Outras Receitas:		
Ganhos na alienação/desativação	66.102	69.054
Outras	13.753	-
Total	79.855	69.054
Outras Despesas:		
Perdas na alienação/desativação	(125.584)	(146.087)
Impostos sobre ganhos (PIS/COFINS/ICMS)	(7.838)	(4.100)
Total	(133.422)	(150.187)

36. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas Financeiras				
Receita de aplicações financeiras	9.933	3.250	62.574	61.531
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	-	-	180.056	176.860
Variação monetária e cambial	-	-	-	28
Atualização dos contratos de mútuo	41.220	9.513	41.196	14.141
Atualização depósito judicial	1.266	1.548	5.982	5.112
Juros Selic s/ impostos a recuperar	1.191	567	25.521	17.053
Atualização financeira - Ativos financeiros setoriais	-	-	29.508	27.482
Tributos sobre receita financeira - Pis e Cofins	(2.571)	(787)	(21.303)	(16.784)
Dividendos investimentos avaliados a custo	-	-	-	1.950
Atualização CCC	-	-	-	13.846
Juros ativos	-	-	2.512	16.662
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS (nota explicativa 30)	-	-	46.126	-
Outras receitas financeiras	1.673	4	66.425	9.975
	52.712	14.095	438.597	327.856
Despesas Financeiras				
Encargos de dívidas - Juros	(4.455)	(4.455)	(432.924)	(366.791)
Variação monetária e cambial	-	-	(108.735)	(169.715)
Marcação a mercado da dívida	-	-	(78.633)	(88.502)
Marcação a mercado derivativos	-	-	79.076	76.505
(-) Transferências para ordens em curso	-	-	2.699	(6.831)
Instrumentos Financeiros	-	-	68.265	119.701
Atualização dos contratos de mútuos	(218.482)	(23.980)	(218.556)	(126.241)
Ajuste a valor presente	(5.896)	(5.118)	(18.752)	(7.607)
Atualização PEE e P&D	-	-	(8.739)	(3.784)
Despesas com IOF	(6.292)	(915)	(6.603)	(1.579)
Atualização provisão para riscos	(35)	(35)	(9.953)	(12.798)
Juros e multas	(3.102)	(10.978)	(38.358)	(48.567)
Juros de incorporação de redes	-	-	(27.943)	(30.652)
Atualização financeira - Passivos financeiros setoriais	-	-	(18.025)	(36.965)
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS (nota explicativa 30)	-	-	(46.126)	-
Despesa de Aval	-	-	-	(3.370)
Juros s/ Taxas Regulamentares	-	-	101	(537)
Outras despesas financeiras	(182)	(5.928)	9.913	(67.597)
Total despesas financeiras	(238.444)	(51.409)	(853.293)	(775.330)
Despesas financeiras líquidas	(185.732)	(37.314)	(414.696)	(447.474)

37. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Consolidado	
			2019	2018
Riscos Operacionais	07/11/2020	90.000	3.990	3.990
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2020	90.000	2.375	2.375
Auto - Frota	23/10/2020	Até 360/veículo	1.132	931
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*)	31/01/2021	122.331	953	870
Transporte Nacional	04/04/2020	Até 2.000/transporte	98	125
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2021	75.000	187	328
Responsabilidade do Explorador ou Transporte Aéreo - R.E.T.A (Drones)	12/01/2021	228/drone	16	19
			8.751	8.638

(*) Importância Segurada relativa ao mês de janeiro/2020 e prêmio anualizado.

38. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função das controladas de distribuição terem classificados o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do exercício de R\$182.208 (R\$270.132 em 2018), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas explicativas nº 16.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora					
	Nível	2019		2018	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa		4.429	4.429	52.856	52.856
Créditos com partes relacionadas		697.116	697.116	131.417	131.417
		701.545	701.545	184.273	184.273
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	58.267	58.267	171.237	171.237
		58.267	58.267	171.237	171.237
Passivos					
Custo amortizado:					
Fornecedores		172	172	125	125
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures		208.714	208.714	203.535	203.535
Débitos com partes relacionadas		531.916	531.916	9.240	9.240
		740.802	740.802	212.900	212.900

Consolidado					
	Nível	2019		2018	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa		240.257	240.257	147.910	147.910
Clientes, consumidores e concessionárias		2.677.990	2.677.990	2.180.930	2.180.930
Créditos com partes relacionadas		696.693	696.693	131.249	131.249
Títulos de créditos a receber		26.943	26.943	34.964	34.964
Ativos financeiros setoriais		757.472	757.472	1.037.219	1.037.219
		4.399.355	4.399.355	3.532.272	3.532.272
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	789.494	789.494	956.873	956.873
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	3.875.260	3.875.260	4.232.152	4.232.152
Instrumentos financeiros derivativos	2	463.441	463.441	293.862	293.862
		5.128.195	5.128.195	5.482.887	5.482.887
Passivos					
Custo amortizado:					
Fornecedores		1.039.029	1.039.029	905.524	905.524
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures		7.878.247	7.866.624	6.714.881	6.721.577
Débitos com partes relacionadas		532.984	532.984	10.235	10.235
Parcelamento de impostos		50.517	50.517	62.269	62.269
Passivos financeiros setoriais		577.542	577.542	716.336	716.336
Arrendamentos operacionais		25.335	25.335	-	-
Taxas regulamentares		-	-	39.494	39.494
		10.103.654	10.092.031	8.448.739	8.455.435
Valor justo por meio do resultado:					
Instrumentos financeiros derivativos	2	28.718	28.718	44.484	44.484
		28.718	28.718	44.484	44.484

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

Em de 01 de julho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI, como “hedge accounting”. Em 2019 essas operações, assim como as dívidas (objeto do “hedge”) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de “hedge” a Companhia documentou: (i) a relação de “hedge”; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o “hedge” e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do “hedge”.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o , o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como “hedge” foi impactado em R\$76.719 (R\$76.590 em 2018) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia e suas controladas optaram pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no exercício de 2019, para as quais possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 2019 tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o exercício, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$1.914 (R\$11.912 em 2018) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

A Companhia e suas controladas não possuem avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do exercício é:

	Consolidado	
	2019	2018
Dívida (1)	7.878.247	6.714.881
Partes Relacionadas (3)	532.984	10.235
Caixa e equivalentes de caixa	(240.257)	(147.910)
Dívida líquida	8.170.974	6.577.206
Patrimônio líquido (2)	3.493.429	3.258.204
Índice de endividamento líquido	2,34	2,02

(1) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 21 e nº 22.

(2) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

(3) Conforme detalhamento na nota explicativa nº 14.

Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Controladora							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		172	-	-	-	-	172
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	1,00%	-	4.332	10.739	8.912	213.234	237.217
Total		172	4.332	10.739	8.912	213.234	237.389

Consolidado							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		970.758	-	-	-	68.271	1.039.029
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	4,02%	791.015	559.411	4.054.683	1.996.907	2.482.309	9.884.325
Instrumentos Financeiros Derivativos		(36.065)	12.026	(221.114)	(129.365)	(60.205)	(434.723)
Total		1.725.708	571.437	3.833.569	1.867.542	2.490.375	10.488.631

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração da Energisa S.A. tem a função de supervisionar se a Administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes.

Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme apresentado abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa	6	4.429	52.856	240.257	147.910
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	6	58.267	171.237	789.494	956.873
Clientes, consumidores e concessionárias.	7	-	-	2.677.990	2.180.930
Títulos de créditos a receber	8	-	-	26.943	34.964
Ativo financeiro setorial	12	-	-	757.472	1.037.219
Ativo financeiro indenizável da concessão	16	-	-	3.875.260	4.232.152
Instrumentos financeiros derivativos	38	-	-	463.441	293.862
Créditos com partes relacionadas	14	697.116	131.417	696.693	131.249

Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 21, é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, BNDES e FINEP) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis as variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício de 2019 com alta de 3,85% sobre 31 de dezembro de 2018, cotado a R\$4,0301 /USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2019 era de 10,37%, enquanto em 31 de dezembro de 2018 era de 14,34%. A taxa de câmbio do euro encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 com baixa de 1,47% sobre 31 de dezembro de 2018, cotado a R\$4,5028/Euro. A volatilidade do Euro era de 7,73% em 31 de dezembro de 2019.

Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 2019, de R\$7.908.551 (R\$6.751.980 em 2018), R\$1.973.532 (R\$1.529.641 em 2018) estão representados em moedas estrangeiras conforme nota explicativa nº 21. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em moeda estrangeira têm custo máximo de 4,352% ao ano mais variação cambial e vencimentos de curto e longo prazo, sendo o último vencimento em julho de 2023.

O balanço patrimonial consolidado apresenta os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros e que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	Consolidado	
	2019	2018
Ativo circulante	52.756	3.099
Ativo não circulante	410.685	290.763
Total do ativo	463.441	293.862
Passivo circulante	28.718	(42.117)
Passivo não circulante	-	(2.367)
Total do passivo	28.718	(44.484)

Não se tratam de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge.

A Companhia e suas controladas possuem proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados a moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
EMT					
Resolução 4131 - Bank of America ML	28.235	(Libor + 1,60%) x 117,65%	CDI + 1,70%	15/06/2020	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.351	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.351	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	24.615	(Libor + 1,20%) x 117,65%	CDI + 1,43%	15/01/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	31.785	(LIBOR + 0,82%) x 117,65%	CDI + 0,80%	08/09/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - JPM	26.709	(LIBOR + 1,05%) x 117,65%	CDI + 1,33%	12/11/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	10.676	EUR + 0,81%	CDI + 0,85%	15/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	49.200	USD + 2,58%	CDI + 1,00%	29/12/2022	Fair Value Option
EMS					
Resolução 4131 - Citibank	14.429	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.429	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	17.115	(LIBOR + 0,82%) x 117,65%	CDI + 0,80%	08/09/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	11.313	EUR + 1,16%	CDI + 0,95%	09/05/2022	Fair Value Option
ETO					
Resolução 4131 - Citibank	11.196	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,56%	16/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	11.196	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,56%	16/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	31.032	(Libor + 1,20%) x 117,65%	CDI + 1,47%	29/01/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Itaú BBA	51.778	VC + 5,12%	CDI + 1,28%	01/06/2021	Fair Value Option
ESS					
Resolução 4131 - Citibank	6.857	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	6.857	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	29.740	(Libor + 1,10%) x 117,65%	CDI + 1,35%	09/04/2020	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	15.928	(LIBOR + 1,27%) x 117,65%	CDI + 1,25%	03/07/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	19.704	(LIBOR + 1,20%) x 117,65%	CDI + 0,80%	31/08/2021	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	24.432	EURO + 1,02%	CDI + 0,85%	06/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	12.300	USD + 2,58%	CDI + 1,00%	29/12/2022	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
EMT					
Itaú BBA X EMT	81.885	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMT	73.494	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	10.544	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	1.965	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	3.657	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itau BBA x EMT	385.000	IPCA + 5,08%	103,70 CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
ETO					
Itaú BBA X ETO	39.771	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ETO	35.696	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	9.526	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	1.775	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	3.304	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itau BBA x ETO	240.000	IPCA + 5,08%	103,70 CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
ESS					
Itaú BBA X ESS	24.647	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	18.397	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	22.121	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	16.511	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	8.580	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	1.599	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	2.977	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itau BBA x ESS	70.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
EMS					
JP Morgan X EMS	10.762	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	2.006	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	3.733	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itau BBA x EMS	155.000	IPCA + 5,08%	103,70 CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”, vigentes em 2019 e 2018:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2019	2018		2019	2018
Dívida designada para “Fair Value Option”	1.755.666	1.365.666	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(1.972.649)	(1.529.483)
Swap Cambial (Derivativo)	1.755.666	1.365.666	Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	1.972.649	1.529.483
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(1.764.865)	(1.376.792)
			Posição Líquida Swap	207.784	152.691
			Posição Líquida Dívida + Swap	(1.764.865)	(1.376.792)

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo, (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2019	2018		2019	2018
Dívida (Objeto de Hedge)*	1.222.950	1.222.950	Taxa Pré-Fixada	(1.469.189)	(1.341.603)
Swap de Juros (Instrumento de Hedge)	1.222.950	1.222.950	Posição Ativa		
			Taxa Pré-Fixada	1.472.781	1.341.457
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(1.245.842)	(1.244.770)
			Posição Líquida Swap	226.939	96.687
			Posição Líquida Dívida + Swap	(1.242.250)	(1.244.916)

(*) Os empréstimos designados formalmente como “Fair Value Hedge” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos contratados pelas controladas em 2019 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 21 e 22 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 2019, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Estrangeira - Moeda USD e LIBOR	(1.755.666)		(1.699.071)	(2.178.085)	(2.657.098)
Variação Dívida	-		56.595	(422.419)	(901.432)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	1.972.649		1.916.054	2.395.068	2.874.081
Variação - USD e LIBOR	-	Alta Câmbio	(56.595)	422.419	901.432
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(1.764.865)		(1.764.865)	(1.764.865)	(1.764.865)
Variação - Taxa de Juros CDI	-		-	-	-
Subtotal	207.784		151.189	630.203	1.109.216
Total Líquido	(1.547.882)		(1.547.882)	(1.547.882)	(1.547.882)

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do câmbio futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de câmbio é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 2019, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente negativo de R\$1.547.882 que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada) maiores serão os resultados positivos; dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente seria negativo de R\$1.547.882 em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 2019, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa	(1.222.950)		(1.222.950)	(1.222.950)	(1.222.950)
Variação Dívida	-		-	-	-
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros	1.472.781		1.472.781	1.472.781	1.472.781
Variação - Taxa de Juros	-	Alta CDI	-	-	-
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros	(1.245.842)		(1.245.842)	(1.317.138)	(1.388.037)
Variação - CDI	-		-	(71.296)	(142.195)
Subtotal	226.939		226.939	155.643	84.744
Total Líquido	(996.011)		(996.011)	(1.067.307)	(1.138.206)

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 2019 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 5,96 %, TJLP = 6,17 % ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	921.113	Alta CDI	38.503	48.129	57.755
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(1.764.865)	Alta CDI	(73.771)	(92.214)	(110.657)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.602.225)	Alta CDI	(150.573)	(188.216)	(225.860)
	(1.466.248)	Alta IPCA	(63.195)	(78.994)	(94.793)
	(644.894)	Alta TR	-	-	-
Subtotal (2)	(7.478.232)		(287.539)	(359.424)	(431.310)
Total - perdas (2)	(6.557.119)		(249.036)	(311.295)	(373.555)

(1) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2020 (4,18% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2019, TR 0,00% e IPCA 4,31%.

(2) Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R\$430.319.

39. Benefícios pós emprego - consolidado

39.1 Plano de Aposentadoria e Pensão

A controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, nas modalidades benefício definido, contribuição variável, um plano exclusivamente para benefícios de risco vinculado a um plano de contribuição variável e um plano de contribuição definida, estando apenas esse último aberto ao ingresso de novos participantes. Os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

A controladas patrocinam, em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, planos de benefícios de aposentadoria e pensão, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita por meio da Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado

pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

O plano de benefício definido I e o plano de contribuição variável II mantidos pela EMS eram administrados até agosto de 2018 pela Fundação Enersul, entidade fechada de previdência complementar autorizada a funcionar pela Portaria MPAS/GM nº 4.442, de 14.04.89 nos termos da Lei nº 6.435/77 e do Decreto nº 81.240/78, incorporada naquela data, mediante Portaria Autorizativa PREVIC nº 277 de 02/04/2018, pela EnergisaPrev.

Os planos de benefício patrocinados pelas Controladas junto à Energisaprev são:

EMT

Plano de Benefícios I:

Instituído em 18/7/1989, encontra-se em extinção desde 10/5/2002, data em que foi bloqueada a adesão de novos participantes. São assegurados os seguintes benefícios suplementares:

- Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
- Complementação de aposentadoria especial;
- Complementação de aposentadoria por idade;
- Complementação de aposentadoria por invalidez;
- Complementação de pensão por morte; e
- Complementação de abono anual.

O plano está estruturado na modalidade de Benefício Definido e é custeado pelos assistidos.

Plano de Benefícios II:

Instituído em 1/5/2002, fechado para novas adesões, é estruturado na modalidade de contribuição variável. Assegura os seguintes benefícios:

- Aposentadoria normal ou antecipada;
- Aposentadoria por invalidez;
- Pensão por morte de ativo; e
- Pensão por morte de aposentado.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida operacionalizado em cotas patrimoniais. Quando da concessão, o benefício é pago sob a forma de renda mensal determinada por um fator atuarial sobre o saldo de conta aplicável existente na data do cálculo. O saldo de conta aplicável corresponde ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do participante.

A renda mensal, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente anualmente, sendo nesta fase considerada Benefício Definido.

Para os participantes que fizeram a migração do Plano de Benefícios I para o Plano de Benefícios II e que efetuaram a contribuição inicial, o benefício de Renda Mensal tem uma garantia mínima na modalidade de Benefício Definido. O custeio é efetuado pelos participantes e pela patrocinadora.

EMT, ETO e ESS

Plano de Benefícios Elétricas BD-I:

Instituído em 1 de agosto de 1986, encontra-se em extinção desde 31 de dezembro de 1998, quando foi bloqueada a adesão de novos participantes. Assegura benefícios suplementares à aposentadoria por tempo de serviço/velhice, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte e pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos Participantes, pelos Assistidos e pelas Patrocinadoras.

EMT, ETO, ESS e EMT

Plano de Benefícios Elétricas-R:

Instituído em 12 de janeiro de 2007, fechado para novas adesões, é estruturado na modalidade de benefício definido. Assegura os seguintes benefícios:

- Suplementação da aposentadoria por invalidez;
- Suplementação do auxílio-doença;
- Suplementação da pensão por morte; e
- Pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido.

Para efeitos desta Avaliação e para o cumprimento da Deliberação CVM 695/2012, impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais das despesas com contribuições, dos custos e do ativo do Plano de Benefícios-R, por empresa patrocinadora.

EMT, ETO, ESS e EMT

Plano de Benefícios Elétricas-OP:

Instituído em 1º de janeiro de 1999, fechado para novas adesões, é estruturado na modalidade de contribuição variável.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida, podendo o Participante optar por Renda Mensal Financeira ou Renda Mensal Vitalícia, esta última vinculada ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do Participante.

A Renda Mensal Vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente uma vez por ano, sendo nessa fase considerada Benefício Definido.

O custeio do plano é feito pelos Participantes (90%) e pela Patrocinadora (10%).

Plano Energisa CD:

O plano de benefícios Energisa CD, por ser de modalidade contribuição definida puro, tem seus benefícios de riscos totalmente terceirizados com seguradora.

Dessa forma, planos nessa modalidade, não estão sujeitos à avaliação atuarial no âmbito do CPC 33.

Em 2019, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$15.646 (R\$12.623 em 2018).

Situação financeira dos planos de benefícios - avaliação atuarial - data base 31 de dezembro de 2019

a Número de participantes/beneficiários:

	2019		2018	
	BD-I, OP e R	PLANO I, II e III	BD-I, OP e R	PLANO I, II e III
Número Participantes	3.559	1.030	3.996	1.165
Número Assistidos	388	413	397	411
Número Beneficiários Pensionistas	187	-	186	-

b Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:

	2019		2018	
	BD-I, OP e R	PLANO I, II e III	BD-I, OP e R	PLANO I, II e III
I - Premissas Biométricas				
Tábua de Mortalidade Geral	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT (Média)	LIGHT (Média)	LIGHT (Média)	LIGHT (Média)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Composição Familiar (Ativos)	Família Média Padrão	Família Média Padrão	Família Média Padrão	Família Média Padrão
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real
II - Variáveis Econômicas				
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	2,99%	3,06%	4,94%	4,85%
Expectativa de Inflação Futura	3,50%	3,50%	4,00%	4,00%
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	6,60%	6,67%	9,13%	9,04%
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	100,00%	100,00%	100,00%	100%
Taxa de Crescimento Real de Salários	2,17%	4,73%	2,17%	Não Aplicável
Taxa de Rotatividade	0,00%	NULA	0%	NULA
III - Regime Financeiro de Capitalização	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

c Conciliação da posição dos planos

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Ativo	2019			2018		
	BD-I, OP e R	PLANO I, II e III	TOTAL	BD-I, OP e R	PLANO I, II e III	TOTAL
Valor justo dos ativos em 2018 e 2017	285.687	222.838	508.525	319.597	205.190	524.787
Ganhos/(Perdas) dos ativos	85.156	95.932	181.088	(32.378)	31.321	(1.057)
Retorno esperado dos ativos do plano	25.015	19.714	44.729	29.001	18.613	47.614
Contribuições do empregador	2.516	531	3.047	2.181	-	2.181
Contribuições dos participantes do plano	649	208	857	134	710	134
Benefícios pagos	(19.721)	(16.104)	(35.825)	(23.244)	(32.996)	(56.240)
Custo do serviço passado	-	-	-	(9.604)	-	(9.604)
Valor justo dos ativos em 2019 e 2018	379.302	323.119	702.421	285.687	222.838	508.525

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Obrigação	2019			2018		
	BD-I, OP e R	PLANO I, II e III	TOTAL	BD-I, OP e R	PLANO I, II e III	TOTAL
Valor presente das obrigações em 2018 e 2017	341.898	177.459	519.357	325.139	159.953	485.092
Custo do serviço corrente	1.005	489	1.494	912	509	1.420
Custo dos juros	29.992	15.547	45.539	29.383	14.384	43.767
Contribuições de participantes	642	-	642	-	-	-
(Ganhos)/Perdas atuariais	64.654	45.877	110.531	19.311	35.609	54.920
Benefícios pagos	(19.721)	(16.104)	(35.825)	(23.243)	(32.995)	(56.238)
Custo serviço passado	-	-	-	(9.604)	-	(9.604)
Valor presente das obrigações em 2019 e 2018	418.470	223.268	641.738	341.898	177.459	519.357

Posição Líquida dos planos	2019			2018		
	BD-I, OP e R	PLANO I, II e III	TOTAL	BD-I, OP e R	PLANO I, II e III	TOTAL
Valor justo dos ativos	379.302	323.119	702.421	285.687	222.838	508.525
Valor presente das obrigações	418.470	223.268	641.738	341.898	177.459	519.357
Posição líquida	(39.168)	99.851	60.683	(56.211)	45.379	(10.832)
Limite do Ativo	(21.992)	(100.043)	(122.035)	0	(45.499)	(45.499)
Déficit/Superávit passível de reconhecimento	(61.160)	(192)	(61.352)	(56.211)	(120)	(56.331)

Movimentação dos Saldos	2019	2018
Posição líquida em 2018 e 2017	56.331	29.559
Efeito em ORA	2.423	27.703
Juros sobre teto do ativo	0	(2.234)
Contribuição do empregador	(2.534)	(2.239)
Efeito no resultado do exercício	5.132	3.542
Posição líquida em 2019 e 2018	61.352	56.331
Circulante	5.218	6.012
Não Circulante	56.134	50.319

	2020
Custo do Serviço Corrente	1.282
Custo dos juros	14.696
Retorno dos Ativos do Plano	(10.760)
Total da despesa bruta a ser reconhecida	5.218

O método da unidade de crédito projetada considera cada de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Gratificação por aposentadoria

A controlada ETO, em Acordo Coletivo de Trabalho, concede aos seus colaboradores, uma gratificação por aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

A referida gratificação varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Reconciliação	2019	2018
Posição líquida em 2018 e 2017	909	-
Efeito em ORA	(123)	1.160
Efeito no resultado do exercício	(58)	(251)
Posição líquida em 2019 e 2018	728	909
Circulante	62	77
Não Circulante	666	832

Demonstração das despesas para os exercícios de 2020, segundo critérios do CPC33 (IAS 19):

	2020
Custo do serviço corrente	26
Juros sobre as obrigações atuariais	36
Valor das obrigações calculadas no final do ano	62

Plano de saúde

As controladas mantem benefício pós emprego, Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais. As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios calculados pela Seguradora, multiplicado pelo número de vidas seguradas. Esses prêmios são reajustados anualmente pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização e de outras despesas incidentes sobre a operação do seguro; e em função da sinistralidade, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial da apólice. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas pela inflação INPC Saúde (EMT) e pela Variação dos Custos Médicos e Hospitalares - VCMH (EMT, ETO e ESS).

No exercício de 2019 as controladas procederam o cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego) de assistência médico-hospitalar tendo apurado o montante de R\$247.869 (R\$97.932 em 2018), dos quais R\$4.174 (R\$4.583 em 2018) foi registrado na rubrica entidade de previdência privada - despesa de pessoal, R\$8.975 (R\$4.349 em 2018) em outras despesas financeiras na demonstração de resultado exercício. Além, R\$136.788 (R\$49.261 em 2018) referente ao ganhos e perdas atuarias contabilizados em outros resultados abrangentes, líquidos de impostos no patrimônio líquido.

As controladas participam do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio. No exercício findo em 2019 as despesas com o plano de saúde foram de R\$64.624 (R\$53.302 em 2018) no consolidado. Inclui R\$4.174 (R\$4.583 em 2018) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego.

	2019	2018
Valor presente das obrigações no início do ano	97.932	39.739
Custo do serviço corrente bruto	4.174	4.583
Juros sobre obrigação atuarial	8.975	4.349
Perdas (ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial	136.788	49.261
Valor das obrigações calculadas no final do ano	247.869	97.932
Circulante	23.795	13.039
Não Circulante	224.074	84.893

Demonstração das despesas para o exercício de 2020, segundo critérios do CPC33 (IAS 19):

	2020
Custo do serviço corrente (com juros)	6.422
Juros sobre as obrigações atuariais	17.373
Valor das obrigações calculadas no final do ano	23.795

39.4 Composição dos saldos do déficit atuarial dos planos de aposentadoria e pensão, prêmio/gratificação aposentadoria e plano de saúde:

	Plano de Pensão		Plano de Saúde		Prêmio Aposentadoria		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Planos BD-I, OP e R - EMT	37.498	34.795	123.018	54.804	-	-	160.516	89.599
Planos BD-I, OP e R - ETO	5.095	3.625	33.087	16.112	728	909	38.910	20.646
Planos BD-I, OP e R - ESS	18.567	17.791	60.441	15.850	-	-	79.008	33.641
Planos I, II e R - EMS	192	120	29.646	6.144	-	-	29.838	6.264
Plano de saúde -outros	-	-	1.677	5.022	-	-	1.677	5.022
Total	61.352	56.331	247.869	97.932	728	909	309.949	155.172
Circulante	5.218	6.012	23.795	13.039	62	77	29.075	19.128
Não circulante	56.134	50.319	224.074	84.893	666	832	280.874	136.044

40. Compromissos - consolidados

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a venda de energia:

	Contrato de compra de energia (*)					
	Vigência	2020	2021	2022	2023	Após 2024
Energisa Sul - Sudeste Distribuidora Energia S/A	2020 a 2054	496.286	503.001	528.702	524.241	8.850.918
Energisa Mato Grosso Distribuidora Energia S/A	2020 a 2054	1.905.505	1.932.004	1.733.181	1.903.756	25.839.435
Energisa Tocantins Distribuidora Energia S/A	2020 a 2054	413.271	425.669	405.485	449.902	7.314.372
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora S/A	2020 a 2054	798.325	809.475	762.398	861.553	15.142.178
		3.613.387	3.670.149	3.429.766	3.739.452	57.146.903

(*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo do exercício de 2019 e foram homologados pela ANEEL.

41. Meio ambiente (*)

A Companhia e suas controladas tratam os impactos sociais e ambientais de seus produtos, serviços, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente.

No exercício findo em 2019, os montantes investidos nesses programas e práticas totalizaram R\$120.069 (R\$50.596 em 2018), sendo R\$94.836 (R\$33.420 em 2018) alocados no ativo imobilizado ou intangível e R\$25.233 (R\$17.176 em 2018) despesas operacionais, no consolidado.

(*) informações fora do escopo dos auditores independentes.

42. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2019 e 2018, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	2019	2018
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - Bifurcação de Ativos	886.093	550.806
Ativo financeiro indenizável da concessão - Valor justo ativo indenizável	182.208	270.132
Atividades operacionais		
Pagamento de Fornecedores	75.514	94.839
Incorporação de redes - transferência de obrigações especiais	13.909	23.883
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	32.906	-
Atividades de investimentos		
Partes Relacionadas - compensação de créditos	-	102.619
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	75.515	94.839
Incorporação de redes - transferência para obrigações especiais	13.909	23.883
Intangível - CPC 06 (R2)	32.906	-
Tributos a recuperar - Pis e Cofins - Efeitos da redução do ICMS	212.704	-
Atividades de financiamento		
Partes Relacionadas - compensação de débitos	-	102.619
Dividendos Governo do Estado de Tocantins	35.573	25.353

43. Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação.

	2019	2018
Lucro líquido do exercício - controladora	711.504	399.564
Média ponderada das ações	2.057.875	2.057.875
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$ (*)	345,70	194,16
Lucro do exercício - consolidado	711.504	399.564
Resultado da operação continuada:	711.504	399.564
Acionistas da controladora	711.504	399.564

(*) A Companhia não possui instrumento diluidor.

44. Eventos subsequentes

Empréstimos Contratados:

Em 17 de Janeiro de 2020 a controlada direta ESS captou junto ao Bank of America N.A., R\$122.972 em moeda estrangeira com vencimento em 17/01/2023, com remuneração de 0,7257% a.a. A Companhia realizou swap para a taxa de CDI + 0,95% a.a., retirando-se o risco cambial da operação.

Empréstimos Liquidados Antecipadamente:

Em 17 de Janeiro de 2020 a controlada direta ESS efetuou a liquidação antecipada junto ao Bank of America N.A., do empréstimo cujo vencimento final era 09-04-2020, foi liquidado o montante de R\$123.296.

Debêntures:

Em 22 de Janeiro de 2020 a controlada direta EMS fez a 13ª emissão de debêntures em moeda corrente no valor total de R\$75.000 com vencimento em 22/01/2022 e remuneração de CDI mais 0,70% ao ano, sendo os recursos disponibilizados em conta corrente no dia 27 de Janeiro de 2020.

Aumento de capital social - controladora:

O Conselho de Administração deliberou, em 12 de março de 2020, promover aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, equivalente a 2,6% de sua base atual de ações ou 53.504.740 novas ações ordinárias de emissão da Companhia, pelo preço de R\$ 8,5 por ação, o que totalizará um aumento de capital de R\$454.790 ("montante máximo"), com utilização de recursos destinados para futuro aumento de capital.

Os titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, com posição em 17 de março de 2020, terão direito de preferência de subscrição na quantidade de 0,025 novas ações para cada ação possuída. O direito de preferência deverá ser exercido pelos acionistas no prazo de até 30 (trinta) dias, iniciando-se em 19 de março de 2020 e terminando em 17 de abril de 2020, inclusive. Após o aumento de capital, o capital social da Companhia, atualmente no valor de R\$2.777.404 passará a ser de no máximo, R\$3.232.194 ou no mínimo R\$3.219.404.

Aumento de capital social - controlada:

O Conselho de Administração deliberou, em 12 de março de 2020, promover aumento do capital social da controlada Energisa Mato Grosso, dentro do limite do capital autorizado, equivalente a 3% de sua base atual de ações ou 6.387.319 novas ações de emissão da controlada sendo 2.204.343 ações ordinárias e 4.182.976 ações preferenciais, pelo preço de R\$ 26,95 por ação, o que totalizará um aumento de capital de R\$172.138 ("montante máximo"), com utilização de recursos destinados para futuro aumento de capital.

Os titulares de ações de emissão da controlada, ordinárias ou preferenciais, com posição em 17 de março de 2020, terão direito de preferência de subscrição, sendo que os titulares de ações ordinárias e preferenciais subscreverão na mesma espécie possuída, na quantidade de 0,03 nova ação para cada ação ordinária e preferencial possuída. O direito de preferência deverá ser exercido pelos acionistas no prazo de até 30 (trinta) dias, iniciando-se em 19 de março de 2020 e terminando em 17 de abril de 2020, inclusive. Após o aumento de capital, o capital social da controlada, atualmente no valor de R\$1.514.569 passará a ser de no máximo, R\$1.686.707 ou no mínimo R\$ 1.673.574.

Pagamentos de dividendos do exercício de 2019 - Controladas

Em Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de março de 2020, aprovou a distribuição de dividendos intercalares à conta do lucro do exercício de 2019, conforme demonstrado a seguir:

Controladas	Valor dividendos R\$/mil	Valor por ação (R\$)	Data pagamento
Energisa Mato Grosso do Sul	112.386	173,698919144 ON	A partir 13/03/2020
Energisa Sul Sudeste	47.465	488,768169536 ON	A partir 13/03/2020

Risco do COVID-19

A administração da Companhia vem acompanhando atentamente as notícias acerca do vírus Covid-19, assim como as reações dos mercados em razão da expectativa de desaquecimento da economia global. Não foram observadas até a data da apresentação das demonstrações financeiras disrupção relevante nas comunidades e atividades econômicas nas principais áreas onde a Companhia atua. Embora não seja possível prever nesse momento a extensão, severidade e duração dos impactos do vírus Covid-19, a administração entende que, até a data da apresentação das demonstrações financeiras, não foram identificados impactos que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 de forma significativa e suas premissas de negócios. A Companhia espera que as providências tomadas pelas autoridades sanitárias e de saúde sejam suficientes para reter a expansão do vírus no âmbito regional e global.